

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2023



FUNDAÇÃO
renova



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores
Fundação Renova

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Renova ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Renova em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Pedido de intervenção e extinção da Entidade

Chamamos a atenção para a Nota 1.1 às demonstrações financeiras, que descreve que o Ministério Público de Minas Gerais entrou com ação judicial, ainda em curso, requerendo a intervenção e a extinção da Fundação Renova. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Fundação Renova

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



Fundação Renova

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1

Sumário

<i>Mensagem da Administração</i>	4
<i>Fundação Renova</i>	4
<i>Abrangência dos Programas</i>	5
<i>Principais resultados no ano de 2023</i>	6
<i>Pessoas e Comunidades</i>	6
<i>Terra e Água</i>	7
<i>Reconstrução e Infraestrutura</i>	8
<i>Estratégia e alocação de recursos</i>	10
<i>Aplicação dos recursos</i>	10
<i>Origem dos recursos: dotações das mantenedoras</i>	12
<i>Aportes para programas compensatórios</i>	14
<i>Destinação da dotação total de 2023</i>	14
<i>Posição do caixa</i>	16
<i>Despesas de gestão</i>	16
<i>Custeio do sistema de governança</i>	16
<i>Valor econômico direto gerado e distribuído</i>	17
<i>Perspectivas para 2024</i>	19
<i>Síntese</i>	20
<i>1. Contexto operacional</i>	26
<i>2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis</i>	28
<i>3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas</i> ...	37
<i>4. Tributos a recuperar</i>	39

5. Adiantamentos - Parcerias e acordos.....	39
6. Outros ativos	40
7. Bens destinados a terceiros.....	40
8. Valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce.....	42
9. Imobilizado e intangível	43
10.Fornecedores.....	46
11.Salários, provisões e contribuições sociais	47
12.Tributos a recolher	49
13.Indenizações a pagar e outras.....	50
14.Obrigações socioambientais e socioeconômicas	51
15.Provisão para causas judiciais	54
16.Patrimônio Líquido	57
17.Receitas.....	59
18.Despesas operacionais com programas	60
19.Despesas operacionais administrativas	64
20.Resultado financeiro.....	65
21.Aportes mantenedoras	65
22.Compromissos (commitments).....	66
23.Cobertura de seguros (não auditada)	66

Mensagem da Administração

A Fundação Renova (“Renova”) é a organização responsável pela execução da reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), que completou 8 anos em novembro de 2023. Trata-se de uma organização sem fins econômicos, independente, cujo escopo de atuação é formado por 42 programas, executados em 39 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A Fundação Renova foi instituída e é regulada e limitada pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (“TTAC”), assinado em março de 2016, pela Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., governos federal, estaduais e municipais, além de diversas outras organizações da administração pública e de interesse da sociedade civil.

A reparação ambiental e social dos danos causados pelo rompimento exige intervenções complexas, inéditas e sem precedentes no mundo, que a Fundação Renova realiza com a colaboração de milhares de pessoas e parcerias com instituições de ensino e pesquisa e entidades de atuação socioambiental no Brasil e no mundo - hoje são mais de 25 universidades e 40 organizações não-governamentais e instituições parceiras.

Fundação Renova

Em 2023, tivemos avanços em diversas frentes da reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Muitas das ações pactuadas foram concluídas e outras estão em execução com acompanhamento firme da governança que define as regras que guiam o nosso trabalho.

Ao longo do tempo, a organização vem atuando de modo justo e equilibrado, produzindo e acumulando conhecimento sobre os problemas e as soluções para a reparação – este conhecimento está sendo organizado e disponibilizado ao público. A complexidade das intervenções necessárias nos territórios impactados, inédita e sem precedentes no mundo, tem exigido aprendizados, estudos e pesquisas em todas as atividades envolvidas na execução dos programas. O sucesso dessas intervenções exige a busca de sinergia e a construção de soluções integradas para trazer consistência técnica e legitimidade às entregas.

Esse compromisso, assumido por todos na organização, passa pelo dever ético e pela necessidade de prestação de contas à sociedade, não apenas pelo recurso financeiro utilizado, mas pelo nível de expectativa gerado na vida das pessoas envolvidas.

O funcionamento de mecanismos de denúncia e reclamação, tais como a Ouvidoria (destinada à escuta de partes interessadas externas) e o Canal Confidencial (destinado à escuta de parte interessadas internas) com participação em casos de remediação e tratamento de denúncias e manifestações fazem parte desse compromisso.

Nova gestão

Em agosto de 2023, Luiz Scavarda, Diretor de Programas da Fundação Renova assumiu o cargo de Diretor-Presidente Interino da organização. Luiz é o executivo responsável por assegurar o alinhamento estratégico de todos os programas socioeconômicos e ambientais da Fundação Renova. A nova gestão mantém o propósito de gerir e executar com celeridade e eficiência as medidas previstas no “TTAC”, com forte visão sistêmica e amplo conhecimento e compreensão sobre os desafios enfrentados pelas equipes.

Luiz Scavarda é engenheiro elétrico formado pela PUC-RJ, com mestrado em Gestão Internacional no exterior e especializações em finanças, liderança, gestão e saúde. Sua trajetória inclui experiências em grandes organizações como Shell, Whirlpool e Vale, tendo atuado com escopos globais e regionais nos setores de mineração, bens de consumo e energia nas áreas de Engenharia, Finanças, Suprimentos e Sustentabilidade, relacionando-se com stakeholders nas esferas privadas e públicas no cenário nacional e internacional.

Abrangência dos Programas

Os 42 programas executados pela Fundação Renova estão divididos em três eixos temáticos (Pessoas e Comunidades, Terra e Água, Reconstrução e Infraestrutura), que agrupam os principais focos de cada frente no processo de recuperação dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Eixo Pessoas e Comunidades

Frentes de atuação:

- Identificação e indenização
- Educação e cultura
- Saúde e bem-estar
- Comunidades tradicionais e indígenas
- Fomento à economia
- Engajamento e diálogo

Programas relacionados: Levantamento e Cadastro dos Impactados; Ressarcimento e Indenização dos Impactados; Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas; Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais; Proteção Social; Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social; Recuperação de Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar; Memória Histórica, Cultural e Artística; Turismo, Cultura, Esporte e Lazer; Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada; Promoção à Inovação; Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras; Desenvolvimento e Diversificação Econômica; Recuperação de Micro e Pequenos Negócios; Estímulo à Contratação Local; Auxílio Financeiro Emergencial; Educação Ambiental; Informação para a População; Comunicação Nacional e Internacional; Ressarcimento de Gastos Públicos Extraordinários.

Eixo Terra e Água

Frentes de atuação:

- Uso do solo
- Gestão hídrica
- Manejo de rejeito
- Biodiversidade
- Assistência aos animais

Programas relacionados: Assistência aos Animais; Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves; Retomada das Atividades Agropecuárias; Recuperação da Área Ambiental 1; Fomento ao Cadastro Ambiental Rural ("CAR") e Programa de Regularização Ambiental ("PRA"); Manejo de Rejeitos; Recuperação de Áreas de Preservação Permanente; Recuperação de Nascentes; Conservação da Biodiversidade; Recuperação da Fauna

Silvestre; Fauna e Flora Terrestre; Preparação para Emergências Ambientais; Monitoramento da Bacia do Rio Doce; Unidades de Conservação.

Eixo Reconstrução e Infraestrutura

Frentes de atuação:

- Reassentamento
- Contenção de rejeito
- Tratamento de água e efluentes
- Infraestrutura urbana e acessos

Programas relacionados: Reconstrução de Vilas; Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas; Implantação de Sistemas de Contenção dos Rejeitos e de Tratamento *In Situ* dos Rios Impactados; Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos; Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água; Gestão de Riscos Ambientais.

Principais resultados no ano de 2023

Pessoas e Comunidades

- **Indenizações e auxílios financeiros** - Até dezembro de 2023, a Fundação Renova pagou R\$ 16,57 bilhões em indenizações, compreendendo danos referentes a água (R\$ 305,5 milhões) e gerais (R\$ 13,58 bilhões), além de auxílios financeiros (R\$ 2,68 bilhões) para cerca de 439,5 mil beneficiados em Minas Gerais e no Espírito Santo. As indenizações e auxílios financeiros pagos alcançaram R\$ 3,00 bilhões somente em 2023.

O avanço se deve à implementação do Sistema Indenizatório Simplificado a partir de decisão judicial, quando as indenizações ganharam novo impulso, com o pagamento de categorias muitas vezes informais. Desde que foi implementado, foram pagos R\$ 11,50 bilhões para mais de 105,6 mil pessoas pelo Sistema.

Adicionalmente, em atenção particular aos povos indígenas, durante o ano de 2023, houve o pagamento do auxílio de subsistência emergencial para 1.348 famílias na Terra Indígena Tupiniquim-Guarani no valor de R\$ 42,9 milhões e para 293 famílias na Terra Indígena de Comboios no valor de R\$ 16,5 milhões. Além disso, foram realizados pagamentos de auxílio extra emergencial para 137 famílias de janeiro a junho de 2023 e 181 famílias de julho a dezembro de 2023 na Terra Indígena de Resplendor no valor total de R\$ 22,6 milhões. Os valores somam R\$ 82,0 milhões e foram pagos integralmente durante o ano de 2023 de acordo com os compromissos assumidos pela Fundação Renova para este público. Ao todo, até dezembro de 2023, foram repassados R\$ 435,1 milhões de auxílio financeiro para os povos indígenas. Apenas neste programa, foram investidos R\$ 605,5 milhões até dezembro de 2023.

Com relação aos povos tradicionais, os pagamentos de auxílio financeiro para os atingidos das Comunidades Quilombola de Degredo, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce passaram a ser realizados juntamente com as indenizações do público em geral, a partir de janeiro de 2022. Antes desta mudança, foram repassados R\$ 45,8 milhões em auxílios financeiros no programa que trata deste público em particular, sendo que o investimento total neste programa alcançou o montante de R\$ 73,4 milhões até dezembro de 2023.

- **Fundos de Desenvolvimento** - Desde sua criação, em outubro de 2017, o Fundo Desenvolve Rio Doce, de incentivo à economia local, emprestou R\$ 119,4 milhões para financiamentos de capital de giro para negócios dos municípios elegíveis nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, sendo R\$ 17,9 milhões apenas em 2023.

Além disso, em dezembro de 2022, a Fundação Renova disponibilizou R\$ 5,0 milhões para o Fundo Diversifica Mariana, modalidade Financiamento, para operações de crédito exclusivas para empresas sediadas no município de Mariana (MG) em parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG"). Um segundo aporte de R\$ 20,0 milhões foi realizado em julho de 2023, alcançando o valor disponível de R\$ 25,0 milhões. Até dezembro de 2023, foram emprestados R\$ 24,2 milhões pelo Fundo. Novos aportes até o limite de R\$ 30,0 milhões poderão ser realizados no próximo ano, alcançando o total de R\$ 55,0 milhões.

Os produtos disponíveis oferecem taxas de juros competitivas, muito abaixo da média de mercado e prazos estendidos. As linhas de crédito podem ser destinadas para capital de giro e outras modalidades, inclusive investimento.

Ao todo, os Fundos de Desenvolvimento ofertados pela Fundação Renova (Desenvolve, Compete e Diversifica Mariana) já liberaram o valor de R\$ 150,8 milhões até dezembro de 2023.

Os desembolsos realizados pelo Fundo Desenvolve Rio Doce contribuíram para a manutenção de mais de 12.754 empregos em Minas Gerais e no Espírito Santo.

- **Qualificação Profissional** - A oferta dos cursos de qualificação profissional presenciais foi interrompida durante a pandemia de Covid-19 no início de 2020 e retomada em 2022. Ao todo, desde o início das capacitações de qualificação profissional presenciais, foram ofertadas 353 turmas com um total de 6.685 alunos formados até dezembro de 2023.

Os municípios contemplados com os cursos de qualificação profissional presencial até o momento foram Aimorés, Barra Longa, Belo Oriente (Cachoeira Escura), Governador Valadares, Ipatinga, Itueta, Mariana, Periquito (Assentamento Liberdade e Pedra Corrida), Resplendor e Sem Peixe, em Minas Gerais e Baixo Guandu, Colatina e Linhares (Degredo, Povoação e Regência) no Espírito Santo. A Fundação Renova irá manter a oferta dos cursos de qualificação profissional presenciais até o final do ano de 2024.

Terra e Água

- **Unidades de Conservação** - Estudos de Avaliação de Impactos Ambientais estão sendo realizados em Unidades de Conservação ("UCs") potencialmente impactadas e darão subsídios às ações de reparação e mitigação que se façam necessárias. A Fundação Renova também custeará ações para a consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (ES), além da construção da sede, elaboração e execução do Plano de Manejo da nova área de proteção ambiental na foz do Rio Doce (ES), que ainda será criada pelo poder público.

Em dezembro de 2023, foi paga a última parcela no valor de R\$ 36,2 milhões em recursos compensatórios ao Parque Estadual do Rio Doce (PERD), o que totalizou um repasse de R\$ 106,9 milhões já corrigidos pelo IPCA (valor previsto em decisão judicial era de R\$ 93,1 milhões).

- **Restauração Florestal** - A Fundação Renova está recuperando nascentes, Áreas de Preservação Permanente ("APPs") e de recargas hídricas na bacia do rio Doce, ações que contribuem de maneira integrada para a qualidade da água.

As atividades de restauração florestal alcançaram, até o momento, cerca de 29,5 mil hectares de "APPs" e áreas de recarga hídrica em Minas Gerais e no Espírito Santo, a meta é alcançar 40 mil hectares de "APPs" restaurados. Ao mesmo tempo, cerca de 2.378 nascentes estão em processo de recuperação (em 2022 - 1.710 nascentes foram reportadas). A meta é alcançar até 5 mil nascentes nos próximos anos.

- **Pagamento por Serviços Ambientais** - Agricultores que se comprometem a recuperar as áreas de sua propriedade, em especial nascentes, mananciais e fontes de água estão sendo recompensados financeiramente pela Fundação Renova. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) tem como objetivo gerar renda aos provedores de serviços ambientais e apoiar uma mudança da cultura extrativista para preservacionista no ambiente rural. A adesão é voluntária e a Fundação Renova é responsável por executar e dar suporte à restauração ambiental nas propriedades, fornecendo os insumos e mão de obra. O produtor rural, que será remunerado, fica responsável pela manutenção das áreas, por um prazo de cinco anos. Até dezembro de 2023, foram pagos mais de R\$ 5,9 milhões a produtores rurais na bacia do rio Doce.

Reconstrução e Infraestrutura

- **Saneamento** - Uma ação fundamental para a revitalização do rio Doce é decorrente da medida compensatória que prevê a destinação, por parte da Fundação Renova, de recursos aos municípios impactados para projetos de melhoria na coleta e tratamento de esgoto e disposição adequada de resíduos sólidos urbanos.

O programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos repassou durante o ano de 2023, R\$ 54,0 milhões para ações de saneamento em diversos municípios e consórcios ao longo da bacia do rio Doce. Foram concluídas 11 obras em oito municípios - São José do Goiabal, Sem Peixe, Rio Casca, Marliéria, Ipatinga e Rio Doce (3 obras) em Minas Gerais, e em Colatina e Linhares (2 obras), no Espírito Santo. Além disso, 21 obras estão em execução (em 16 municípios) e 3 paralisadas (3 municípios), aguardando definição do poder público para serem retomadas. Ao todo, já foram repassados R\$ 114,0 milhões, sendo que o custo total do programa foi de R\$ 138,4 milhões até dezembro de 2023.

Simultaneamente, as prefeituras contam com assessoria técnica e oficinas de capacitação para desenvolvimento de projetos e acompanhamento de obras. Apenas em 2023, foram ofertadas 14 oficinas de capacitação e realizadas 1.029 visitas e reuniões de apoio técnico aos municípios e consórcios.

- **Reassentamento** - O rompimento da barragem de Fundão atingiu as comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana (MG), e Gesteira, em Barra Longa (MG). Em Bento Rodrigues e Paracatu, foram construídas novas moradias para as famílias, comércios e bens de uso coletivo como praças, escolas, postos de serviços e unidades básicas de saúde. A infraestrutura de ambos os distritos está concluída.

Atualmente, a Fundação Renova trabalha na restituição de 727 casas, comércios, sítios, lotes e bens coletivos, dos quais 511 (70,2%) estão resolvidos com a entrega do imóvel ou pagamento de indenização. Até o momento, foram 295 imóveis restituídos com pagamento de indenização ou outras soluções e 216 imóveis entregues, totalizando os

511 casos concluídos. Dos 216 casos em andamento, 101 imóveis estavam, em dezembro de 2023, com obras finalizadas aguardando o agendamento da entrega, enquanto outros 32 imóveis estão em construção. Dos casos restantes, 61 se encontram com solução definida e construções a iniciar ou negociação de indenização e 22 imóveis em outras situações.

Bento Rodrigues – evolução:

- 250 imóveis previstos;
- 184 imóveis estão concluídos (73,6% dos previstos);
- 9 dos imóveis concluídos são bens coletivos, como escola, estações de tratamento de água e esgoto e posto de serviços;
- 105 imóveis entregues aos moradores;
- 26 outros imóveis estão em construção.

Paracatu – evolução:

- 95 imóveis previstos;
- 75 imóveis estão concluídos (78,9% dos imóveis previstos);
- 12 dos imóveis com obras concluídas são bens coletivos, como escolas de Ensino Fundamental e Infantil, posto de saúde e posto de serviços;
- 45 imóveis foram entregues aos futuros moradores;
- 3 outros imóveis estão em construção.

Gesteira – evolução:

Desde novembro de 2019, o reassentamento coletivo de Gesteira estava sendo tratado na Ação Civil Pública (“ACP”) que tramitava 4ª Vara Federal Cível e Agrária da Subseção Judiciária de Belo Horizonte. Depois dos impasses, um acordo para o repasse de R\$ 126,0 milhões pela Fundação Renova foi aprovado pela Justiça em maio de 2023 e totalmente liquidados no mês de junho de 2023. O valor tem a finalidade de urbanização do novo terreno e as indenizações para as famílias.

As obras de infraestrutura e urbanização do terreno adquirido para o reassentamento coletivo, inteiramente doado ao município, ficarão a cargo da Prefeitura de Barra Longa com o acompanhamento dos moradores e de órgãos de fiscalização públicos.

Das 31 famílias que escolheram o reassentamento familiar, em que recebem um valor para aquisição de um imóvel onde quiserem, todas tiveram seus processos finalizados. Entre elas, 24 possuem imóveis adquiridos, com documentação regularizada, e sete escolheram pelo pagamento integral do acordo, sem a compra do imóvel. Cinco famílias optaram pelo reassentamento coletivo e terão as casas construídas em um único terreno, que terá sistema de abastecimento de água, áreas de lazer, campo de futebol e projetos para fortalecer a economia local.

Outros tipos de reassentamentos

Ao todo, os proprietários de 120 imóveis atingidos escolheram a reconstrução no mesmo terreno ou a compra, reforma ou construção de uma casa em outro local. As entregas dessas novas moradias foram iniciadas em 2019.

- 55 famílias receberam as chaves de suas casas e lotes;
- 4 imóveis estão com a construção finalizada;

- 3 imóveis estão sendo reformados ou construídos de acordo com a escolha das famílias.

Restituição do direito à moradia por indenização

Os atingidos com direito à restituição do direito à moradia ou propriedade de 210 imóveis escolheram ser indenizados em dinheiro pelo imóvel perdido, sem a construção de uma nova casa ou a reforma pela Fundação Renova. Desses, 203 imóveis foram indenizados. O valor recebido se destina à restituição do direito à moradia ou propriedade e não deve ser confundido com outros valores pagos a título de indenização a famílias que perderam suas casas com o rompimento.

Até dezembro de 2023, foram investidos R\$ 4,73 bilhões nos Reassentamentos de Bento Rodrigues, Paracatu, além de restituições via pecúnia para Gesteira. Apenas em 2023, foi desembolsado R\$ 1,25 bilhão.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações do que os dados financeiros, dada a diversidade de métodos para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade e precisão estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos.

Para mais informações sobre a evolução dos programas da Fundação Renova, acesse www.fundacaorenova.org.

Estratégia e alocação de recursos

A estratégia e a alocação de recursos seguiram o compromisso de dotação para o exercício de 2023. A seguir, apresentamos os valores de execução orçamentária dos programas do "TTAC" pela Fundação Renova e o montante realizado pela Samarco.

O "TTAC" estabelece a realização de aportes anuais pelas mantenedoras para a formação do patrimônio necessário para a Fundação Renova executar seus programas. Os aportes anuais são definidos com o objetivo de custear programas de duas naturezas distintas:

- I. **Programas compensatórios:** têm valor total determinado de R\$ 4,10 bilhões e envolvem duas frentes. A primeira é o financiamento do programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos ("PG 31"), com total de R\$ 500,0 milhões. A segunda, com total de R\$ 3,60 bilhões, distribuídos em parcelas anuais de R\$ 240,0 milhões, durante 15 anos, a partir de 2016, destina-se a diferentes iniciativas de natureza compensatória, como a recuperação de nascentes e de áreas de preservação permanente e de recarga hídrica. Os recursos são corrigidos ao longo do tempo, pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo, em atendimento à cláusula 257.
- II. **Programas reparatórios:** não têm limite de valor, ou seja, as ações necessárias deverão ser implementadas sem se condicionar a montantes estabelecidos. São consideradas de cunho reparatório ações e medidas que tenham como objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos diretamente derivados do rompimento da barragem de Fundão.

Aplicação dos recursos

Foram investidos R\$ 6.687,4 milhões nos programas do "TTAC" no exercício de 2023, sendo R\$ 6.404,6 milhões pela Fundação Renova e R\$ 282,8 milhões pela Samarco.

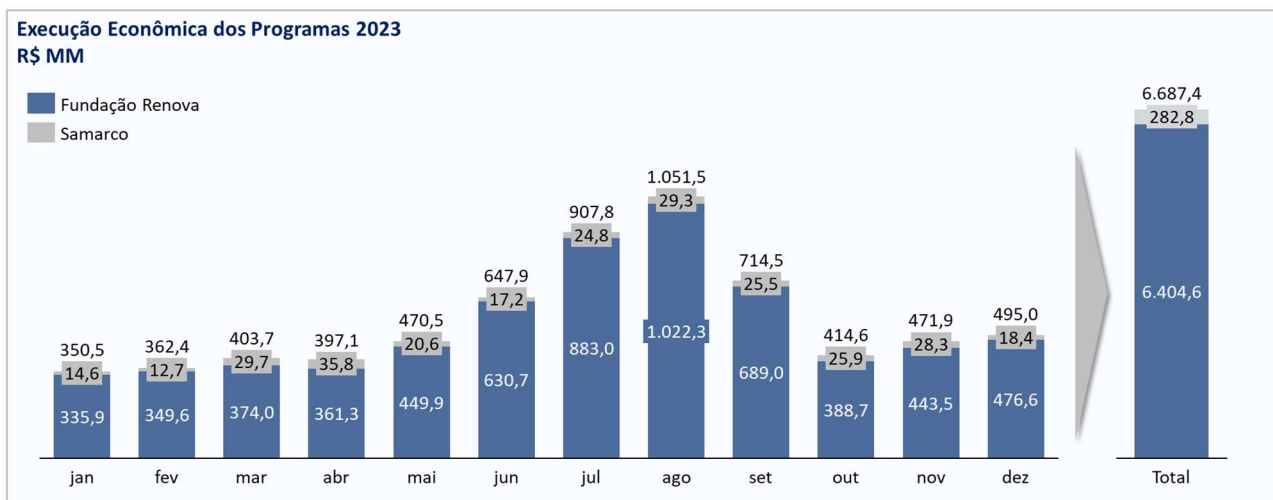


Gráfico 1: Execução econômica mensal - R\$ milhões

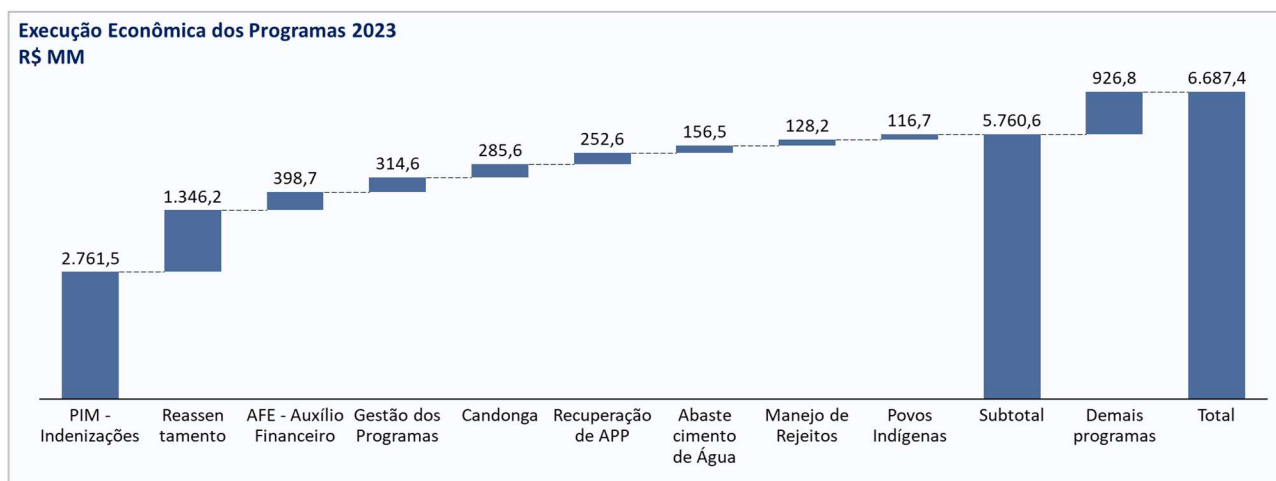


Gráfico 2: Execução econômica dos programas em 2023 - R\$ milhões

A execução econômica dos programas até 2023 totalizam R\$ 34.757,6 milhões, sendo R\$ 32.116,9 milhões pela Fundação Renova e R\$ 2.640,7 milhões pela Samarco.

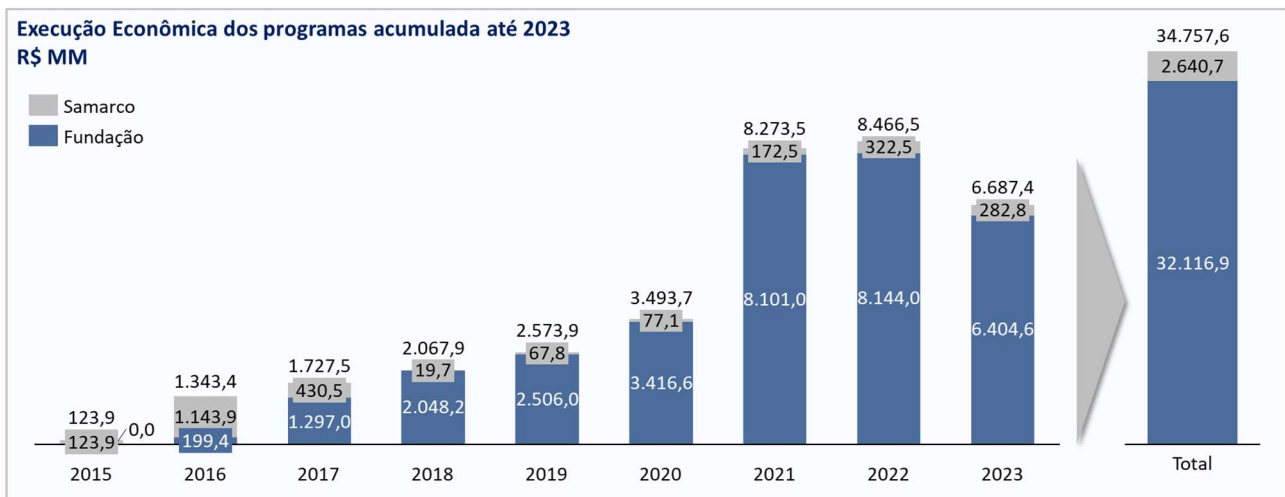


Gráfico 3: Fluxo econômico anual e acumulado - R\$ milhões

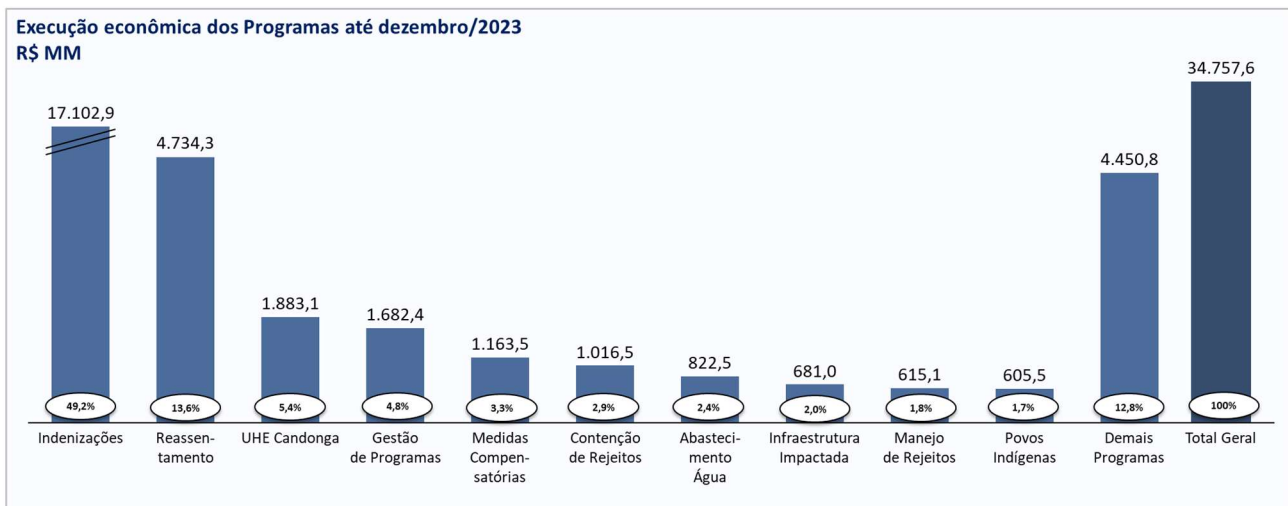


Gráfico 4: Execução econômica dos programas (acumulado) - R\$ milhões

Origem dos recursos: dotações das mantenedoras

Para o cumprimento das obrigações de 2023, foram aportados R\$ 6.600,0 milhões na Fundação Renova em 2023, pelas mantenedoras Samarco, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda, conforme demonstrado abaixo:

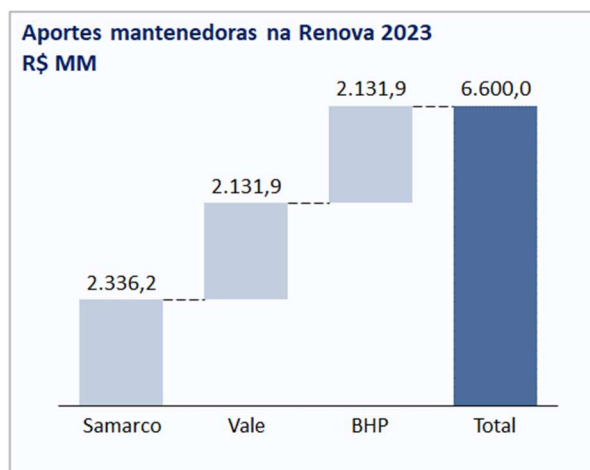


Gráfico 5: Aportes na Fundação Renova 2023 - R\$ milhões

Adicionalmente aos aportes de R\$ 6.600,0 milhões na Fundação Renova, foram realizados R\$ 282,8 milhões pela Samarco em atividades nas quais atuou em 2023 para o cumprimento dos programas do "TTAC".



Gráfico 6: Execução econômica Samarco 2023 - R\$ milhões

Esses valores são considerados nas dotações anuais e, somados aos aportes na Fundação Renova, resultam em R\$ 6.882,8 milhões de aportes em 2023.

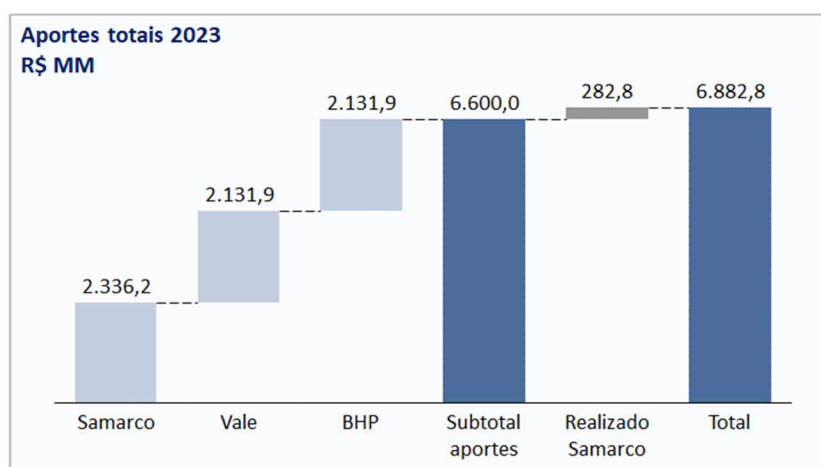


Gráfico 7: Aportes totais 2023 - R\$ milhões

Aportes para programas compensatórios

Em atendimento à "cláusula 232 a Fundação Renova destinará R\$ 240,0 milhões, por um período de 15 anos, a partir de 2016, para execução de projetos de natureza e medidas compensatórias no âmbito dos programas, devidamente corrigidos pelo IPCA". Em 2023 esta correção foi de R\$ 108,1 milhões, totalizando R\$ 348,1 milhões, já considerado no valor total aportado de R\$ 6.600,0 milhões, realizado pelas empresas mantenedoras na Fundação Renova.

Destinação da dotação total de 2023

Para a consolidação dos aportes de 2023, foram considerados os recursos transferidos pelas mantenedoras por meio de depósitos para a Fundação Renova e os valores contabilizados pela mantenedora Samarco, com o objetivo de cumprir ações de programas do "TTAC", devidamente auditados. A seguir, apresenta-se o detalhamento da destinação dos valores aportados pelas mantenedoras e os valores realizados pela Samarco em programas, no total de R\$ 6.882,8 milhões.

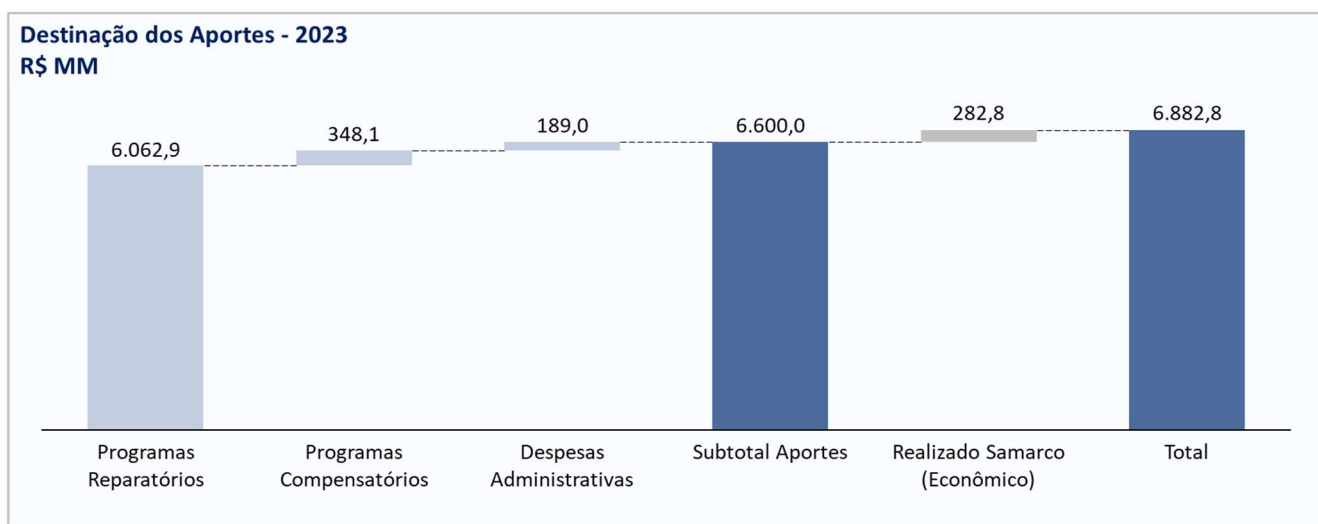


Gráfico 8: Destinação dos aportes em 2023 – R\$ milhões

Na visão acumulada, os aportes realizados diretamente na Fundação Renova totalizaram R\$ 33.708,3 milhões, que, adicionados aos valores desembolsados pela Samarco no custeio de programas, somam R\$ 36.349,0 milhões.

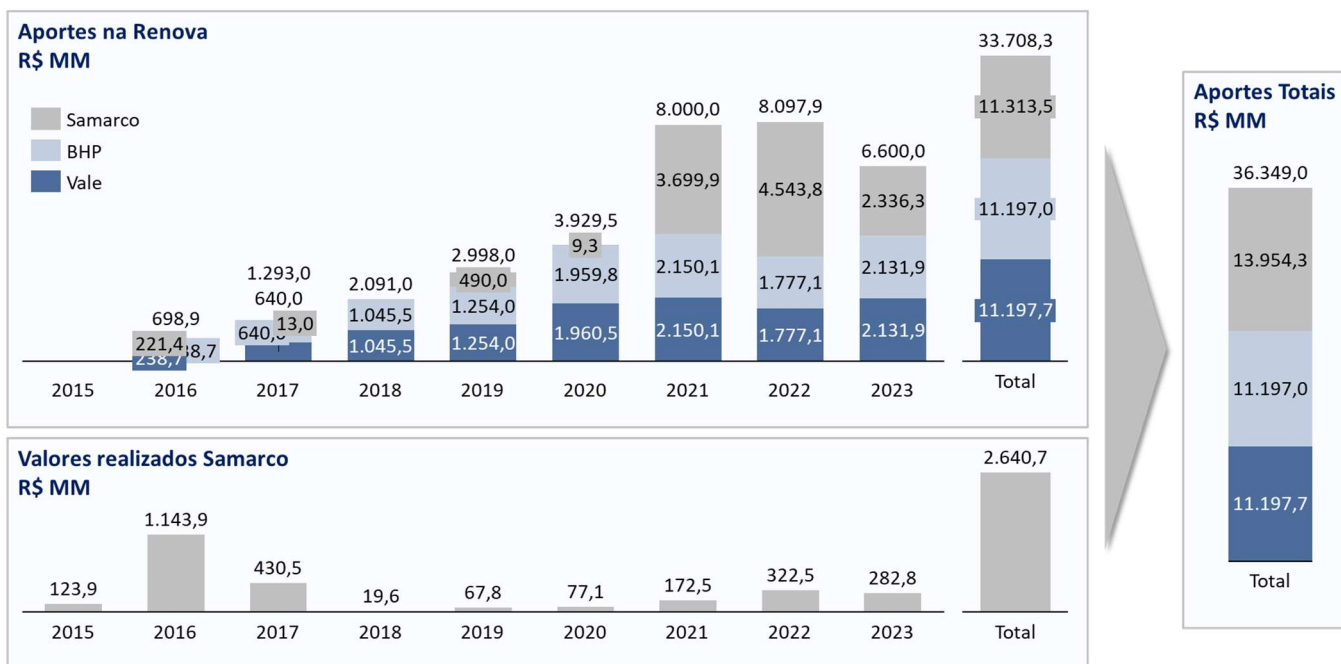


Gráfico 9: Aportes acumulados – R\$ milhões

Adicionalmente, fazem parte dos aportes para a Fundação Renova os valores mantidos em depósito judicial pela ACP 0400.15.004335-6 (“ACP Mariana”), conforme item II da cláusula 227 do “TTAC”. Do montante inicial de R\$ 300 milhões, bloqueado em 2015, foram liberados R\$ 71,1 milhões até dezembro de 2023. Considerando o reajuste aplicado sobre o saldo remanescente, a posição de dezembro de 2023 foi de R\$ 330,1 milhões bloqueados. O saldo bloqueado corrigido, destinado à execução dos programas, adicionado ao valor acumulado dos aportes totaliza R\$ 36.679,1 milhões.

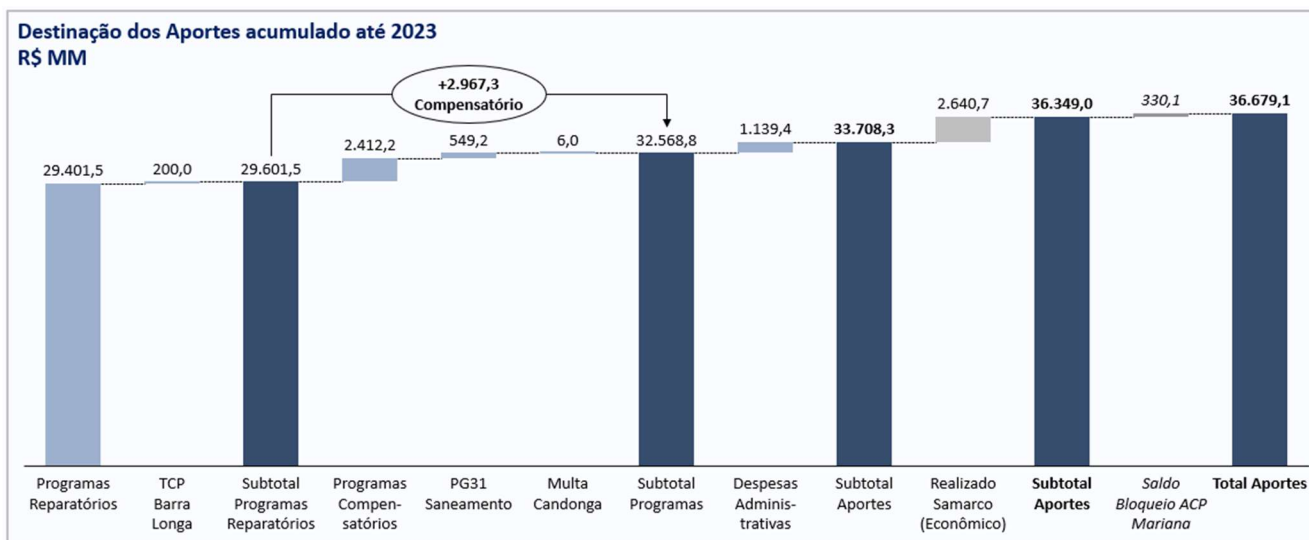


Gráfico 10: Destinação dos aportes (acumulado) - R\$ milhões

No gráfico acima o valor do Saldo Bloqueado ACP Mariana é demonstrado por compor a base dos aportes da Fundação Renova, apesar do valor ser controlado pela Samarco e não estar contemplado no Fluxo Econômico da Fundação Renova.

Posição do caixa

O total de recursos no caixa da Fundação Renova ao final de dezembro de 2023 foi de R\$ 992,7 milhões, sendo R\$ 661,3 milhões referentes aos recursos para o PG31 – Saneamento, conforme cláusula 169 do “TTAC” e o restante destinado às demais obrigações com programas.

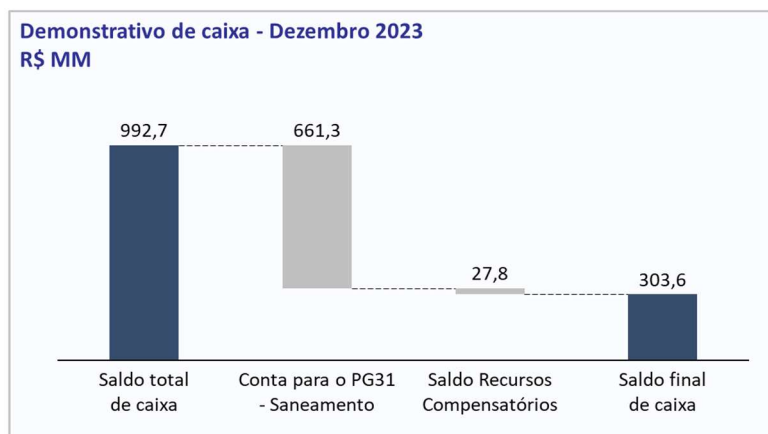


Gráfico 11: Demonstrativo de caixa em dez/2023 - R\$ milhões

Despesas de gestão

São tratadas como despesas de gestão todas aquelas relacionadas ao custeio da estrutura corporativa da Fundação Renova. O valor total realizado em 2023 foi de R\$ 400,2 milhões, sendo 58% (R\$ 233,3 milhões) direcionados às despesas finalísticas - estrutura voltada diretamente à execução dos programas e o restante (R\$ 166,9 milhões), às despesas administrativas das áreas de suporte, exceto provisões e tributos registrados diretamente nas contas de despesas.

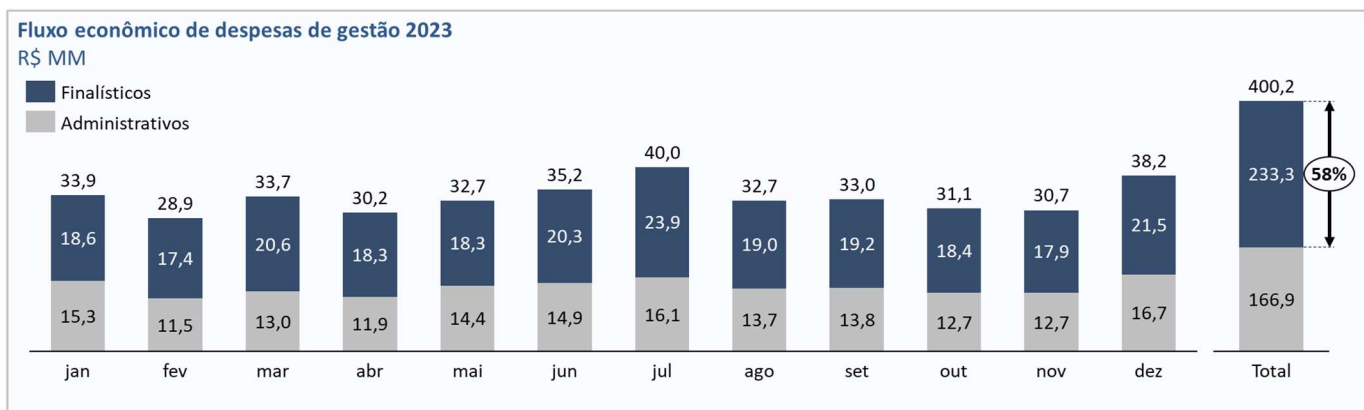


Gráfico 12: Fluxo econômico de despesas de gestão 2023 - R\$ milhões

Custeio do sistema de governança

Além das despesas para cumprimento das ações dos programas e despesas administrativas, a Fundação Renova é responsável pelo custeio da estrutura do Sistema CIF (“Comitê Interfederativo”) com o pleno funcionamento das CTs (“Câmaras Técnicas”), que inclui despesas de viagens dos membros do CIF, custeio da participação dos atingidos nas reuniões, secretariado, contrato de gerenciamento, auditoria independente e infraestrutura. A organização também é responsável pelos custos com as ATIs

("Assessorias Técnicas Independentes"), nos termos do ATAP ("Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar") e TAC-Gov, custeio do Orçamento Atingidos, conforme Cláusula 62ª do TAC-Gov, contratação da gerenciadora Atingidos, em atendimento da Cláusula 84ª do TAC-Gov, manutenção da estrutura física e de pessoal da Comissão de Atingidos de Mariana e contrato de prestação de serviços da equipe de Governança Social.

O valor realizado com o custeio do sistema de governança em 2023 foi de R\$ 54,2 milhões.



Gráfico 13: Custos realizados no sistema de Governança 2023 - R\$ milhões

O custeio do sistema de governança foi iniciado em agosto de 2018 e os valores realizados desde esse período totalizaram R\$ 156,8 milhões.

Os valores desembolsados com as Assessorias Técnicas, baseiam-se no atendimento à decisão judicial de 30 de novembro de 2022, proferida pela 4ª Vara Federal, que determinou a contratação das mesmas para o território atingido. Até dezembro de 2023, em cumprimento às decisões judiciais, foi disponibilizado para as "ATIs" o valor de R\$ 109,9 milhões.

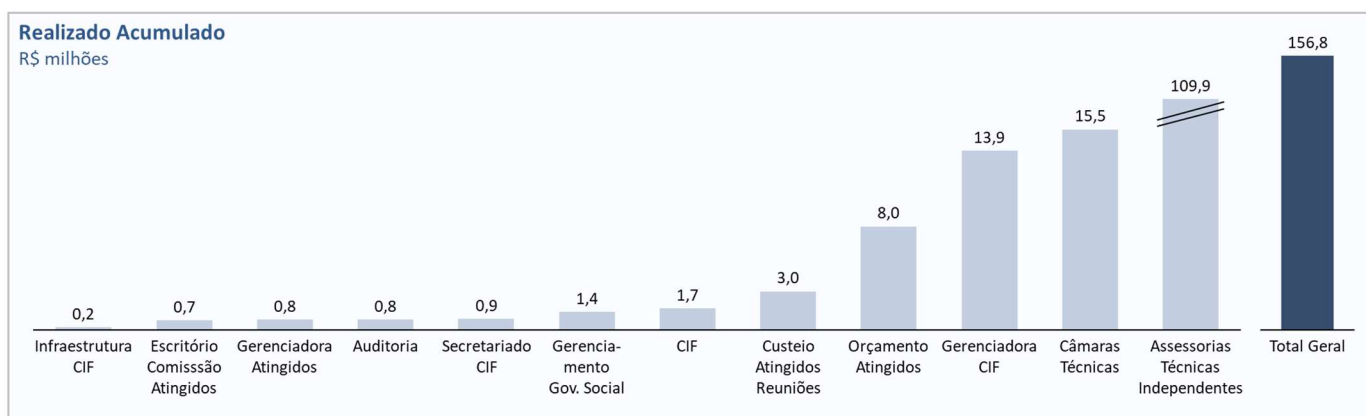


Gráfico 14: Custos realizados no sistema de Governança (acumulado) - R\$ milhões

Valor econômico direto gerado e distribuído

A reparação gera, atualmente, mais de 6.420 empregos diretos e indiretos. Do total de postos gerados, 58% são ocupados por profissionais dos municípios afetados.

Até dezembro de 2023, o valor dos contratos firmados com fornecedores locais em toda a área de atuação da Fundação Renova foi de R\$ 1,66 bilhão, o que corresponde a 44% de todos os contratos firmados pela organização. O estímulo à contratação local cria

condições para que se possa dar preferência a fornecedores e prestadores de serviços locais, de maneira a dinamizar a economia dos municípios impactados e aumentar a arrecadação de impostos municipais.

As operações realizadas pela Fundação Renova em 2023 geraram R\$ 352,7 milhões em tributos municipais e federais, R\$ 21,6 milhões a menos que o ano anterior, quando foram gerados R\$ 374,3 milhões.

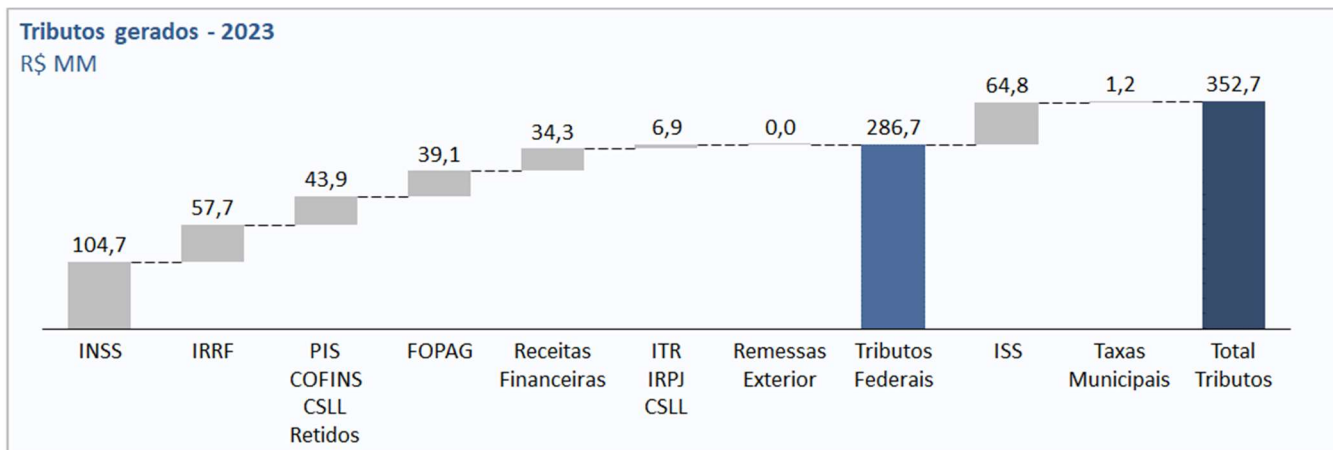


Gráfico 15: Tributos gerados em 2023 - R\$ milhões

Para o período entre 2016 e 2023, a carga tributária apurada foi de R\$ 389,0 milhões para os tributos diretos. Além dos tributos diretos, as operações realizadas pela organização geraram R\$ 1.328,7 milhões de tributos indiretos municipais e federais retidos desde o início de suas operações. O valor total apurado até dezembro de 2023 foi de R\$ 1.717,7 milhões.

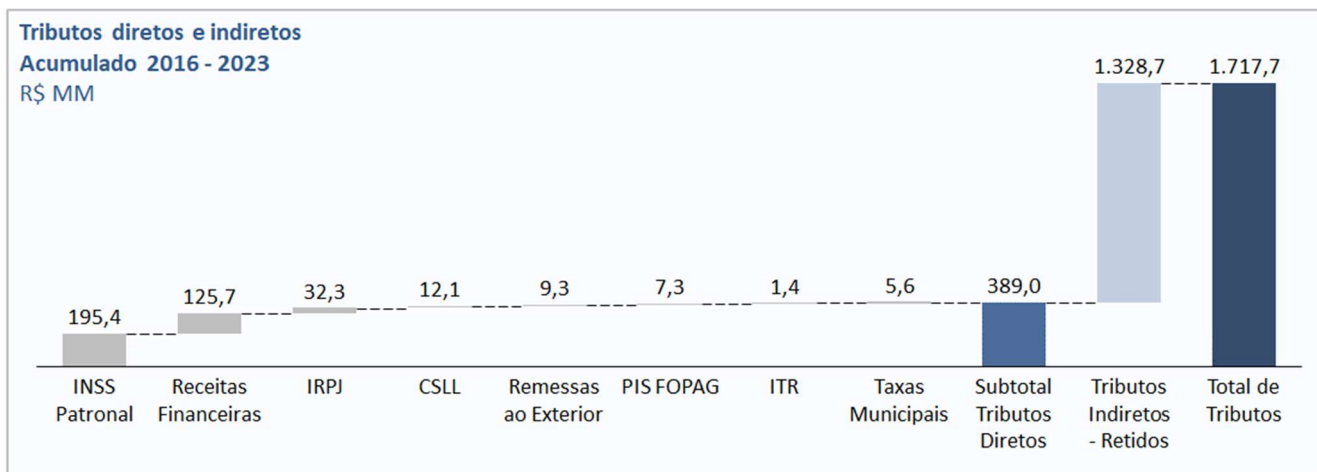


Gráfico 16: Tributos diretos e indiretos (acumulado) - R\$ milhões

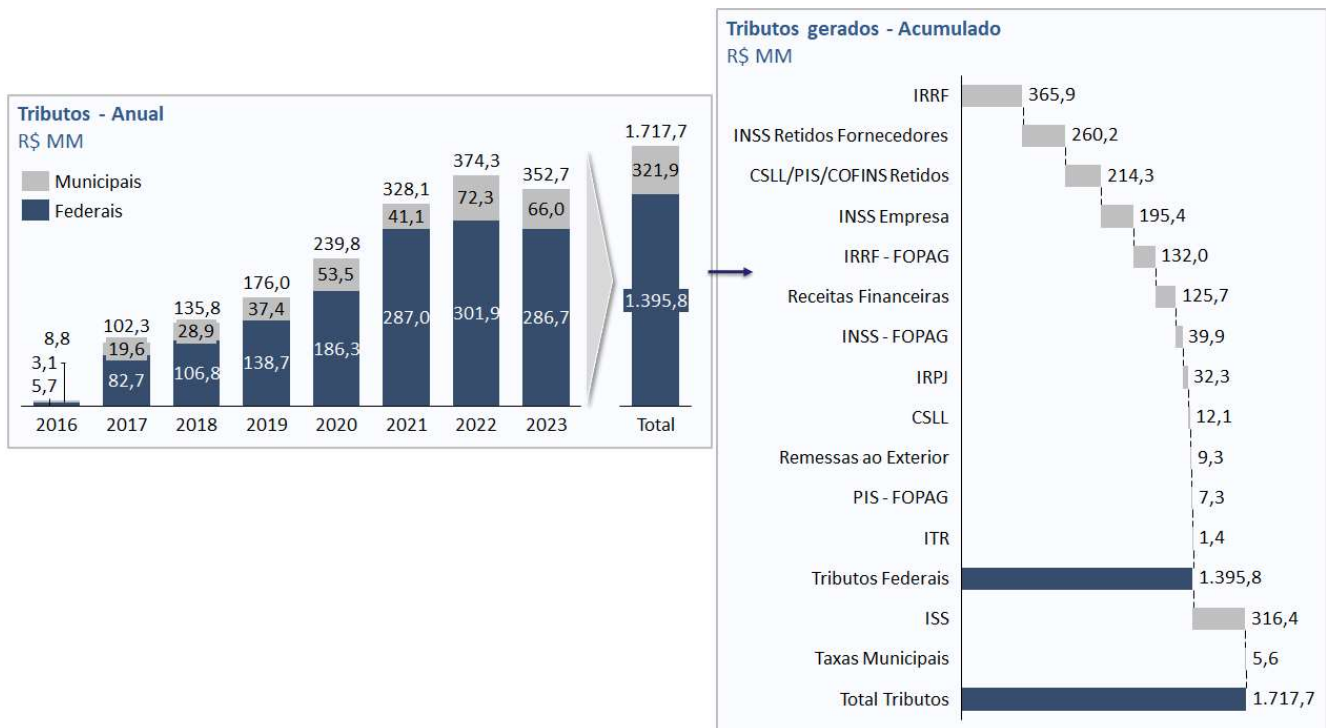


Gráfico 17: Evolução anual tributos - R\$ milhões

Perspectivas para 2024

Foram orçados R\$ 6.089,9 milhões para o exercício de 2024. A composição desta previsão, que não gera obrigações, considera os custos para a execução dos programas do "TTAC" (R\$ 5.736,2 milhões), as despesas administrativas (R\$ 131,3 milhões) e o custeio do sistema de governança (R\$ 222,4 milhões).

Para os programas reparatórios (R\$ 4.764,9 milhões), o valor mais expressivo segue sendo para o pagamento de indenizações e auxílios financeiros emergenciais (R\$ 1.895,6 milhões). A Fundação Renova atua para concluir o processo de indenização, que será encerrado em etapas, por decisão da Justiça. Até dezembro de 2023, foram pagos R\$ 16,57 bilhões em indenizações e auxílios financeiros.

Nos programas compensatórios, está previsto o investimento de R\$ 971,3 milhões – com destaque para as ações de recuperação de Áreas de Preservação Permanente ("APPs") e recarga hídrica ("ARH") e recuperação de nascentes, que neste ano terão cerca de R\$ 475,0 milhões em recursos.

Para que a Fundação Renova tenha recursos suficientes para a execução das atividades planejadas para 2024 serão necessários aportes da ordem de R\$ 6,00 bilhões. As mantenedoras da Fundação Renova têm o compromisso de arcar com as obrigações assumidas pela organização e por subsidiar futuros investimentos que estejam enquadrados nas políticas dos programas. Para tanto, as mantenedoras realizarão contribuições suficientes para cobrir as atividades previstas para 2024.

Decisões judiciais podem alterar a previsão, sobretudo, em indenizações. A Fundação Renova está mobilizada para cobrir os passivos de curto prazo gerados por tais decisões.

As projeções são baseadas em cenários e qualquer variação relevante nos valores previstos ou realizados ao longo do tempo pode ser devido a fatores sobre os quais não temos controle ou temos controle limitado. No último ano, a gestão obteve êxito nas metas relacionadas à execução financeira dos programas, alcançando uma aderência de 98,7%.

Síntese

Foram investidos R\$ 34,76 bilhões nos programas desde dezembro de 2015, em ações relacionadas aos impactos socioeconômicos e socioambientais procedentes do rompimento da barragem de Fundão, sendo R\$ 32,28 bilhões em ações reparatórias e R\$ 2,48 bilhões em ações compensatórias.

Somente em 2023, os recursos investidos em programas totalizaram R\$ 6,69 bilhões. As despesas de gestão administrativas somaram R\$ 166,9 milhões, exceto provisões e tributos registrados diretamente nas contas de despesas, e o custeio do sistema de governança requereu R\$ 54,2 milhões em 2023.

As indenizações pagas alcançaram R\$ 3,00 bilhões em 2023 e R\$ 16,57 bilhões no acumulado, compreendendo danos referentes a água (R\$ 305,5 milhões) e gerais (R\$ 13,58 bilhões), além de auxílios financeiros (R\$ 2,68 bilhões).

As mantenedoras aportaram diretamente na Fundação Renova R\$ 33,71 bilhões, sendo R\$ 6,60 bilhões em 2023.

A distribuição dos recursos reflete a materialidade e a complexidade dos programas, afeta e determina a geração de valor, além de fornecer subsídios para decisões relacionadas a investimentos futuros.

A seguir, são apresentadas as demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Diretoria

Luiz Antônio Roris Rodrigues Scavarda do Carmo
Diretor-presidente Interino

Juliana Borges Ferreira Souto
Diretora de Planejamento e Gestão

Wallace Magalhães Ferreira
Diretor de Engenharia e Obras

Flavio Chantre
Diretor de Relacionamento Institucional

Luiz Antônio Roris Rodrigues Scavarda do Carmo
Diretor de Programas

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro

Em milhares de reais

ATIVO

Circulante	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	3	687	225
Aplicações financeiras	3	991.964	1.031.288
Tributos a recuperar	4	21.020	42.562
Adiantamento - Parcerias e acordos	5	156.051	136.820
Outros ativos	6	19.372	62.733
Total do ativo circulante		1.189.094	1.273.628
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Bens destinados a terceiros	7	3.614.563	2.546.176
Valores a receber - Fundos Desenvolve Rio Doce	8	81.763	58.804
Depósito judicial	15	218.751	185.496
		3.915.077	2.790.476
Imobilizado	9	39.373	36.995
Intangível	9	2.555	3.973
Ativo direito de uso - Arrendamento	9	2.137	2.013
Ativo biológico	9	153	-
Total do ativo não circulante		3.959.295	2.833.457
TOTAL DO ATIVO		5.148.389	4.107.085

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Circulante	Nota	2023	2022
Fornecedores	10	188.898	321.484
Salários, provisões e contribuições sociais	11	23.007	22.686
Tributos a recolher	12	27.437	31.085
Indenizações a pagar e outras	13	105.924	105.547
Obrigações socioambientais e socioeconômicas	14	594.553	625.559
Contribuição despesas administrativas a apropriar	17.a	36.215	70.767
Arrendamento	9	2.033	1.708
Outros passivos		1.806	7
Total do passivo circulante		979.873	1.178.843
Não circulante			
Obrigações socioambientais e socioeconômicas	14	4.134.744	2.918.984
Provisão para causas judiciais	15	11.299	17.805
Arrendamento	9	104	305
Total do passivo não circulante		4.146.147	2.937.094
Total do passivo		5.126.020	4.115.937
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	16	32.568.834	26.157.834
Transferência obrigações socioambientais e socioeconômicas	16	(32.568.834)	(26.157.834)
Superavit (Déficit) do exercício		22.369	(8.852)
Total do patrimônio líquido		22.369	(8.852)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.148.389	4.107.085

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Aportes			
Aportes socioambientais e socioeconômicas	17	5.319.870	7.035.324
Aportes despesas administrativas	17	223.552	253.112
Gratuidade e trabalho voluntário	17	1.330	2.625
Total de aportes		5.544.752	7.291.061
Despesas operacionais			
Com programas	18	(5.319.870)	(7.035.324)
Gerais e administrativas	19	(223.552)	(253.112)
Gratuidade e trabalho voluntário	19	(1.330)	(2.625)
Total de despesas operacionais		(5.544.752)	(7.291.061)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		-	-
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	134.728	207.918
Despesas financeiras	20	(105.749)	(216.843)
Variações cambiais líquidas		(1)	76
Outras receitas operacionais		-	2
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		28.978	(8.847)
Imposto de renda e contribuição social	12	(6.609)	(5)
Superávit (Déficit) do exercício		22.369	(8.852)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Superávit (Déficit) do exercício	22.369	(8.852)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	22.369	(8.852)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



	Nota	Patrimônio Social	Transferência	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		18.350.904	(18.350.904)	(58.869)	(58.869)
Dotação das mantenedoras	16	7.806.930	-	-	7.806.930
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas	16	-	(7.806.930)	58.869	(7.748.061)
Déficit do exercício		-	-	(8.852)	(8.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		26.157.834	(26.157.834)	(8.852)	(8.852)
Dotação das mantenedoras	16	6.411.000	-	-	6.411.000
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas	16	-	(6.411.000)	8.852	(6.402.148)
Superávit do exercício		-	-	22.369	22.369
Saldo em 31 de dezembro de 2023		32.568.834	(32.568.834)	22.369	22.369

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)



	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (Déficit) do exercício		22.369	(8.852)
Ajustes para reconciliar superavit (déficit) do exercício com caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9	5.166	7.193
Atualização das obrigações socioambientais e socioeconômicas	14	98.709	199.772
Provisão (reversão) de serviços a pagar e outros		1.804	(4.907)
PCLD - Fundo Desenvolve Rio Doce	8	808	1.604
Provisão (reversão) para causas judiciais	15	(6.506)	3.748
		122.350	198.558
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber - Fundo Desenvolve Rio Doce	8	(23.766)	(9.462)
Depósitos Judiciais	15	(33.254)	(144.903)
Tributos a recuperar	4	21.542	(23.205)
Adiantamento - Parcerias e acordos	5	(19.232)	6.517
Outros ativos	6	43.360	(22.169)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	10	(132.586)	88.689
Salários, provisões e contribuições sociais	11	322	3.436
Tributos a recolher	12	(2.266)	(12.372)
Indenização a pagar e outras	13	377	29.725
Obrigações socioambientais e socioeconômicas	14	1.094.896	755.562
Contribuição despesas administrativas a apropriar	17.b	(34.552)	37.888
Outros passivos		(7)	4
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.037.184	908.268
Contribuição social paga		(1.382)	(560)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.035.802	907.708
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Bens destinados a terceiros	7	(1.068.387)	(1.081.257)
Aquisição de imobilizado, intangível e ativo biológico	9	(6.278)	(6.132)
Aplicações financeiras não vinculadas	3	(139.949)	276.821
Aplicações financeiras vinculadas – entradas	3	(240.000)	(240.000)
Aplicações financeiras vinculadas – rendimentos	3	(137.974)	(133.891)
Aplicações financeiras vinculadas – resgates	3	557.248	276.466
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.035.340)	(907.993)
Aumento (redução) líquido saldo caixa e equivalentes caixa		462	(285)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	225	510
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	687	225
Aumento (redução) líquido saldo caixa e equivalentes caixa		462	(285)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Fundação Renova ("Fundação" ou "Entidade") é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 24 de junho de 2016 e estabelecida na cidade de Belo Horizonte – MG, com sua sede na avenida Getúlio Vargas 671, 4º andar. A Fundação Renova possui como instituidoras e mantenedoras a Samarco Mineração S.A. ("Samarco") - como Mantenedora Principal - Vale S.A. ("Vale") e BHP Billiton Brasil Ltda. ("BHP Billiton"), as três em conjunto como mantenedoras ("Empresas Mantenedoras"), são responsáveis pela dotação dos recursos necessários para a realização das suas atividades.

Sua regência se dá pelo Estatuto e pela legislação que lhe é aplicável. Tem como objetivo exclusivo a gestão e execução das medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo a promoção da assistência social aos atingidos, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco, conforme detalhado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta ("TTAC"), celebrado em 02 de março de 2016 entre a Samarco, Vale, BHP Billiton Brasil Ltda. e diversos órgãos governamentais.

A Fundação Renova possui as seguintes inscrições e títulos:

- Escritura pública de instituição registrada no Cartório do 2º Tabelionato de Notas da comarca de Belo Horizonte, livro 2800N, folhas 052 e 053, em 29 de junho de 2016;
- Estatuto registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca de Belo Horizonte sob o nº 138160 em 05 de julho de 2016;
- Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 25.135.507/0001-83.

1.1 Atualização sobre o pedido de intervenção, reprovação das contas e extinção da Fundação Renova pelo Ministério Público de Minas Gerais - Promotoria de Justiça Especializada na Tutela de Fundações ("MPMG")

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 24 de fevereiro de 2021, a Ação Civil Pública nº 5023635-78.2021.8.13.0024, perante a 5ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte/MG, com a finalidade de que fosse decretada a intervenção judicial na Fundação Renova, estabelecendo-se um desenho de transição e posterior extinção da referida Fundação, ao fundamento de suposta existência de desvio de finalidade da Fundação quanto aos seus objetivos estatutários.

Após esse movimento por parte do MPMG, a Advocacia Geral da União ("AGU") na condição de representante do Comitê Interfederativo ("CIF"), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ("ICMBio"), Agência Nacional de Mineração ("ANM") e Agência Nacional de Águas ("ANA") requereu ao juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais em Belo Horizonte (atual 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Belo Horizonte), no âmbito da Ação Civil Pública nº 1024354-89.2019.4.01.3800, a criação de um eixo prioritário de decisão, visando uma remodelação do processo de governança da Fundação Renova.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No dia 16 de março de 2021, o Juízo Federal deferiu os pedidos liminares da AGU, no sentido de inaugurar o Eixo Prioritário nº 13 (autos nº 1011729-52.2021.4.01.3800), visando realizar um diagnóstico completo da Fundação Renova, por meio de perito nomeado judicialmente (A.T. Kearney Ltda.), contendo no plano de trabalho pericial, a elaboração de um relatório abordando “a performance de uma organização cujo propósito é a entrega de um programa complexo envolvendo diversas iniciativas” a ser avaliada a partir de quatro dimensões fundamentais: (i) Governança, (ii) Preparação dos Programas, (iii) Recursos e (iv) Acompanhamento. Nesta mesma decisão, o Juízo Federal reafirmou sua competência para tratar da matéria.

Diante da Ação Civil Pública proposta perante a Justiça Estadual e o deferimento de abertura do Eixo Prioritário nº 13 pela Justiça Federal, ambos tratando do mesmo tema, a União e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) ajuizaram, perante o Superior Tribunal de Justiça, o Conflito de Competência nº 179.834, pretendendo o reconhecimento da competência da 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais - SJMG (atual 4ª Vara Federal) para processar e julgar a Ação Civil Pública nº 5023635-78.2021.8.13.0024. Em 24 de maio de 2021, foi deferida, pelo STJ, liminarmente, a suspensão da referida Ação Civil Pública, determinando a competência provisória da 12ª Vara Federal para dirimir as questões incidentes sobre o tema até o julgamento final do Conflito de Competência, que se encontra concluso com o Ministro Relator, desde 29 de agosto de 2022. Em cumprimento da decisão proferida pelo STJ, o Juízo da 5ª Vara Cível de Belo Horizonte sobrestou a Ação Civil Pública ajuizada pelo MPMG, a qual assim permanece até a presente data.

O Eixo Prioritário nº 13 seguiu sua tramitação, com a nomeação de perito judicial para a elaboração de Diagnóstico sobre a Governança Interna da Fundação Renova, tendo apresentado um laudo preliminar, em 01 de novembro de 2021, e um laudo complementar, em 23 de maio de 2022 sobre o tema, os quais, de forma geral, concluíram que a estrutura da Fundação Renova é adequada e está em condições de seguir a frente do processo de reparação, cumprindo as diretrizes do sistema de governança. Nestes laudos foram sugeridos ajustes em algumas das práticas da Fundação e um novo desenho de governança, mais voltado à execução dos Programas, no intuito de imprimir velocidade adequada da reparação às necessidades dos territórios e dos atingidos.

Após apresentação de quesitos suplementares pelas empresas mantenedoras e pela Fundação Renova, o Perito Oficial apresentou seus esclarecimentos, tendo as partes sido intimadas a se manifestarem sobre estes em 11 de novembro de 2022. As empresas mantenedoras e a AGU protocolaram manifestação, requerendo e reiterando alguns esclarecimentos.

Antes de serem prestados os esclarecimentos solicitados, o Juízo da 4ª Vara Federal, em 16 de maio de 2023, prolatou decisão declarando a intervenção judicial cautelar da Fundação Renova, ao fundamento de que tal medida seria necessária para garantir a autonomia da referida Fundação na consecução de suas atividades e suas finalidades estatutárias, determinando que as empresas mantenedoras observassem, quanto à Fundação Renova, “a ausência de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, além da estabilidade dos seus dirigentes” enquanto vigente a decisão cautelar. Por fim, determinou a notificação do Perito Oficial, para se

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

manifestar sobre a inclusão do “CIF” no objeto da perícia, se é necessário complementar o plano de trabalho e sobre estar ou não essa tarefa compreendida, a seu ver, nos honorários calculados.

Após a interposição de Agravo de Instrumento nº 1005987-88.2023.4.06.0000, contra a decisão que determinou a sua intervenção judicial cautelar, o Juízo da 4ª Vara Federal reconsiderou a decisão recorrida, revogando a intervenção judicial, por meio da decisão proferida em 24 de julho 2023, indeferindo, ainda, a inclusão do “CIF” no objeto da perícia. Por fim, intimou as partes para se manifestar quanto a outras pendências e em especial conflitos concretos com dificuldade de cumprimento do acordo e com relação ao relatório apresentado pelo Perito Oficial.

As partes apresentaram suas manifestações, tendo o Juízo da 4ª Vara Federal proferido decisão em 09 de novembro de 2023, por meio da qual (i) observou que os esclarecimentos solicitados pelas Empresas foram apresentados pela Kearney, reputando-os suficientes para atender aos questionamentos formulados; (ii) fundamentou que “Não há espaço para uma decisão judicial, por meio do denominado eixo prioritário, o qual sequer tem previsão legal, para se alterar acordo homologado por sentença” e que “o pedido formulado de reestruturação pela via judicial não possui cabimento, por manifesta inadequação da via eleita”, (iii) intimou a Kearney para manifestação quanto o interesse e proposta de honorários, para solucionar a pendência quanto a este ponto de modo consensual, determinando que, posteriormente, fossem intimadas as Empresas mantenedoras sobre o tema, bem como as demais partes, para ciência.

Em 07 de dezembro de 2023, o Perito Oficial apresentou suas considerações, em atendimento à decisão proferida em 09 de novembro de 2023, estando, no presente momento, pendente, pela Secretaria do Juízo da 4ª Vara Federal, o envio da intimação às Empresas mantenedoras, para se manifestarem.

1.2 Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Curador, em 25 de abril de 2024, tendo o Conselho Fiscal emitido seu parecer favorável em 10 de abril de 2024.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica “Entidades sem

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1)”, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.
- Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Fundação Renova.

2.3 Arrendamentos

A Entidade aluga diversos andares de prédios comerciais para sua área administrativa, e em geral, os contratos de aluguéis são realizados por períodos fixos de seis meses a dois anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Reconhecemos novos ativos classificados como “Ativo de direito de uso” para os seus contratos de arrendamento referentes a locação de imóveis administrativos e operacionais. Tais custos, são reconhecidos no resultado com amortização referente ao ativo de direito de uso, e despesa de juros referente as obrigações de arrendamento.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração dos novos contratos seguiu os seguintes procedimentos: (i) O valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos contratos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental (desconto) de 14,07% a.a., (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado com abordagem simplificada.

2.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Fundação Renova no processo de aplicação das políticas contábeis que afetam os valores divulgados dos ativos, passivos e despesas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas fundamentadas pelas normas do CPC 25 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” e o CPC 48 “Instrumentos financeiros”, a Fundação Renova faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

2.4.1. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões estão sujeitas a alterações futuras, dependendo de diversos fatores que não estão sob o controle da Entidade. Desta forma, os valores efetivamente incorridos pela Entidade poderão diferir dos valores atualmente provisionados. Essas mudanças podem resultar em um impacto material no valor da provisão em períodos. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda for provável e puder ser razoavelmente estimada, conforme divulgado na nota 15.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa são constituídas e revisadas mensalmente, baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, taxas de perdas esperadas e datas de vencimento.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, que é a moeda funcional e do principal ambiente econômico em que a Fundação Renova opera, gera e consome caixa e, que também é a sua moeda de apresentação.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata cujos vencimentos das operações na data efetiva da aplicação são iguais ou inferiores a três meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

2.7 Instrumento financeiros

2.7.1. Ativos financeiros

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias de mensuração:

- ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado;
- custo amortizado.

Reconhecemos os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados e todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

2.7.1.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é reconhecido como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como “mantidos para negociação”, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentada pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as mudanças no valor desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.7.1.2 Custo amortizado

São ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem os valores a receber do Fundo Desenvolve Rio Doce e outros ativos.

2.7.2. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

2.7.3. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros.

2.7.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Entidade avalia em cada data do balanço, se o risco de crédito de instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Entidade utiliza a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, refletindo no valor das perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Entidade compara o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecimento inicial. A administração vem aprofundando os testes de recuperabilidade dos ativos sob a perspectiva do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e constatamos a necessidade de reconhecimento de provisão, conforme divulgado na nota 8.

2.8 Bens destinados a terceiros

São os ativos classificados como bens destinados a terceiros, onde a Fundação Renova se compromete com um programa que tem um plano de aquisição para construção de ativos (ou conjunto de ativos) em que a transferência é considerada altamente provável. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

2.9 Imobilizado, Intangível e Ativo Biológico

O imobilizado e o intangível estão registrados ao custo de aquisição, doação, formação ou construção.

A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação e amortização são calculadas com base no método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. A vida útil residual contábil foi revisada conforme laudo de avaliação dos bens móveis e imóveis realizado por empresa especializada, conforme tabela abaixo:

Nome da Classe	Vida útil residual
Máquinas e Equipamentos	07 anos
Móveis e Utensílios	07 anos
Equipamento Processamento de Dados	07 anos
Sistemas – <i>Software</i>	05 anos

Em 2023 a Entidade adquiriu ativos biológicos, já em sua fase adulta, que são representados em sua maioria por bovinos e equinos e não possuem caráter reprodutivo ou consumíveis (de abate). O reconhecimento desses ativos foi mensurado de acordo com o CPC 29 e avaliado pelo valor justo, conforme CPC 46, mediante laudo de avaliação técnico, no qual foram incorporados no balanço patrimonial da Entidade. A amortização é reconhecida mensalmente pela vida útil residual.

2.10 Tributos a Pagar

2.10.1. Imposto de renda e Contribuição Social (“CSLL”)

O Imposto de renda e CSLL são calculados de acordo com interpretações decorrentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o superavit tributável (nota 12). A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Entidade nas declarações de imposto de renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

2.11 Benefícios a empregados

(a) Assistência médica

A Fundação Renova concede benefícios que envolvem seguro de vida, plano de previdência privada e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, que respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Fundação Renova.

(b) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações do plano depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas, e desta forma, o relatório de avaliação atuarial foi elaborado de acordo com o CPC 33 (R1), pela Willis Towers Watson (atuários independentes), e consta a estimativa do custo do benefício definido, que é um plano de benefícios pós emprego sob o qual a Entidade paga contribuições fixas para uma Entidade separada (ValiaPrev) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais, ou seja, não envolve risco atuarial para a Entidade. Todos os resultados apresentados estão em conformidade com os padrões de prática atuarial aplicáveis, conforme detalhado na nota 11 b.

2.12 Passivo de obrigações socioambientais e socioeconômicas

São os aportes recebidos pela Fundação Renova de suas mantenedoras, que estão atrelados a responsabilidades por obrigações de fazer por força de acordos do “TTAC” e que inicialmente transitam no patrimônio social e são reconhecidos no passivo de obrigações socioambientais e socioeconômicas. Estas obrigações são controladas de acordo com os compromissos de curto e longo prazo aprovados no orçamento, e que em 2023 seguiu a seguinte premissa:

- Programa de Saneamento Básico – Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos (PG 31) – considerando que o saldo total nesta “rubrica” perfaz, em dezembro de 2023, o montante de R\$648.170, reconhecemos R\$127.989 como circulante, tomando como premissa as informações do orçamento dos programas e o restante como passivo não circulante;
- Demais programas compensatórios – reconhecemos o saldo total desta “rubrica” de R\$471.829, em dezembro de 2023 como circulante, tomando como premissa as informações do orçamento dos programas.
- Os gastos reparatórios que compõe o programa de reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, estão sendo reconhecidos na “rubrica” de Bens destinados a terceiros e estão classificadas no ativo não circulante (item 2.8.5) e somente serão reconhecidos no resultado, após a conclusão total deste programa.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

À medida que essas obrigações são cumpridas o passivo é liquidado, contra as “rubricas” de receitas, conforme requerido pela Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros” – ITG 2002, tais receitas serão reconhecidas com valores idênticos as despesas incorridas para cumprimento das respectivas obrigações no mesmo período contábil, exceto, como explicado acima, os gastos que compõe o programa de reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, que somente serão reconhecidos quando da conclusão total deste programa.

2.13 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação de seus outorgantes instituidores (mantenedoras), conforme previsto na escritura pública de constituição da Fundação Renova, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.14 Apuração do superávit (déficit)

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem receitas e despesas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes.

(a) Reconhecimento de Aportes despesas administrativas

Os aportes realizados pelas mantenedoras para custear as despesas administrativas são reconhecidos inicialmente no passivo circulante na “rubrica” contribuição para despesas administrativas, quando ocorre o efetivo recebimento dos valores e, posteriormente, são registrados como aportes de despesas administrativas no resultado, quando ocorrem as despesas correspondentes.

(b) Reconhecimento de receitas e despesas de gratuidade e trabalhos voluntários

Os serviços prestados pelas mantenedoras, Conselho Curador, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal, foram reconhecidos quando efetivamente realizados e conforme requerido pela Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros” – ITG 2002 (R1).

Os valores foram mensurados pelo valor justo e registrados como se houvesse ocorrido um desembolso, ou seja, uma entrada e saída de recurso financeiro.

Tais valores foram contabilizados como receitas e despesa no mesmo montante sem gerar alteração do superávit/déficit do exercício e do patrimônio líquido.

(c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas pelo valor justo e referem-se principalmente à receita de rendimentos sobre aplicações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras abrangem as despesas com imposto sobre operações financeiras ("IOF"), COFINS sobre receitas financeiras, despesas bancárias, juros sobre as provisões para causas cíveis e trabalhistas e atualização financeira das obrigações socioambientais e socioeconômicas. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.15 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a riscos financeiros, sendo eles: risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Entidade, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho Curador e procedimento da Gerência.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito dos valores a receber do Fundo Desenvolve Rio Doce, destinado a financiamento para capital de giro a empresas dos municípios atingidos e de atuação da Fundação Renova.

O risco de crédito é administrado corporativamente em conjunto com as instituições financeiras parceiras. Para as operações realizadas para fomentar as atividades locais (Fundo Desenvolve Rio Doce), a classificação de risco é realizada pela instituição financeira, responsável pela intermediação do recurso, através da sua área de análise de crédito que avalia a qualidade do crédito do atingido, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas das instituições financeiras. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Os recursos disponibilizados aos atingidos são liquidados nas instituições financeiras.

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Entidade estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce; e
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48, durante o período ocorreram oscilações nas correções financeiras devido a volatilidade do mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A administração aprofundou nos testes de recuperabilidade dos ativos sob a perspectiva do CPC 48 Instrumentos Financeiros e constatou necessidade de reconhecimento de provisão, conforme divulgado na nota 8.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e obrigações fixadas pelo “TTAC”.

A Tesouraria investe em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados, baixo risco e liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os valores recebidos pela Fundação Renova das mantenedoras (BHP Billiton Brasil Ltda., Vale e Samarco), e não utilizados imediatamente nas ações de reparação e compensação, foram aplicados em instituições financeiras nacionais de primeira linha, em produtos de renda fixa, como fundos soberanos, fundos lastreados em crédito privado, CDB’s, compromissadas, operação prefixada, considerando o nível de classificação de baixo risco, com liquidez diária, tendo como benchmarking o índice do CDI. As referidas aplicações financeiras são registradas ao valor justo, conforme atualização periódica informada pelas instituições financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada a seguir:

	2023	2022
Caixa e bancos		
No país	687	225
	687	225

O saldo remanescente de caixa, será aplicado nos demais programas reparatórios e na manutenção da Fundação Renova.

b) Aplicações financeiras não vinculadas

	2023	2022
Aplicações financeiras		
No país	302.957	163.008
	302.957	163.008

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As disponibilidades nas aplicações financeiras não vinculadas, são mantidas em CDB de liquidez imediata em bancos de primeira linha com rendimento médio na ordem de 98,99% do CDI em 2023.

c) Aplicações financeiras vinculadas

Parte dos recursos aportados pelas mantenedoras tem destinação exclusiva de acordo com as cláusulas do “TTAC” e, portanto, são administrados de forma segregada. A tabela abaixo demonstra os detalhes do saldo das aplicações financeiras de tais recursos:

DESTINAÇÃO	NOTA	2023	2022
Programas compensatórios – clausula 232 “TTAC”	(i)	27.722	209.488
Programas de saneamento e resíduos sólidos - PG31	(ii)	661.285	658.792
Total		689.007	868.280

- i. Recursos recebidos para os projetos de natureza compensatória, previstos na cláusula 232 do “TTAC” aplicados em CDB de liquidez imediata, em bancos de primeira linha. No exercício de 2023 foram recebidos R\$240.000 corrigidos pelo IPCA (R\$348.141) e desembolsados R\$ 529.907, que resultou em um saldo acumulado dos programas no final do exercício de R\$ 27.722.
- ii. Em conta segregada está a importância de R\$ 661.285 (2022 – R\$658.792), distribuída em dois fundos de investimentos, quais sejam, Itaú Corporate Diferenciado IQ FICFI (rentabilidade de 113,73% CDI) e Itaú BBA RF Crédito Privado Active FIX5 FICFI (rentabilidade de 99,73% CDI), com liquidez imediata e liquidez em D+5 (crédito disponível em conta corrente após 05 dias uteis da solicitação do resgate). Tal montante é destinado exclusivamente às ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico, elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário, implementação de obras de coleta e tratamento de esgotos, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais (redação “TTAC”), onde tais recursos deverão ser integralmente repassados aos municípios indicados pelo Comitê Interfederativo (“CIF”). Os repasses para os municípios iniciaram-se em 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Tributos a recuperar

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

		2023	2022
IRRF sobre aplicação financeira	(a)	20.253	41.247
CSLL a recuperar		-	560
ISSQN a recuperar		160	189
INSS sobre folha a recuperar		319	319
IRPJ a recuperar		47	42
Outros tributos a recuperar		241	205
		21.020	42.562

- a) Retenções de IRRF sobre aplicações financeiras – valores retidos de IRRF sobre aplicações financeiras, reflexo do volume de resgate realizado no período, onde o saldo remanescente é recuperado via “PERDCOMP” (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), após a entrega da “ECF” (Escrituração Contábil Fiscal), de acordo com os informes de rendimentos disponibilizados pelos bancos para suporte.

5. Adiantamentos - Parcerias e acordos

A Fundação Renova, em 2023, reforçou o compromisso de fomento de recursos na modalidade Parcerias e Acordos, e repasses para outras instituições do terceiro setor, mantendo o auxílio mútuo no desenvolvimento de atividades de pesquisa, novas tecnologias e execução de projetos no âmbito dos Programas do “TTAC”, destacamos a diversidade de aplicação de recursos em projetos e a atuação em conjunto às comunidades em prol da reparação e compensação. Todos estes repasses foram realizados conforme cronograma de desembolsos previstos nos Termos de Acordo firmado, e mediante a prestação de contas da etapa anterior.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Parceria para monitoramento da biodiversidade aquática – Estado do Espírito Santo	68.876	64.595
Fauna Flora Terrestre	14.617	-
Recuperação das nascentes e saneamento básico	12.086	5.748
Turismo, cultura, Lazer e esporte	10.679	4.730
Conservação e biodiversidade	9.962	11.002
Recuperação florestal	8.340	11.427
CIF e câmeras técnicas	7.905	5.289
Educação ambiental	6.728	5.623
Inovação	3.402	2.908
Diversificação economia	2.722	-
Assistência técnica e extensão rural	2.574	3.604
Proteção social e reparação a saúde	825	8.060
Consultoria e assistência florestal de áreas degradadas	123	392
Parceria para assistência técnica aos atingidos de Barra Longa e adjacências	-	7.168
Outras parcerias	7.212	6.274
	156.051	136.820

6. Outros ativos

Composto principalmente por valores de adiantamento a fornecedores no país, que tem como objetivo viabilizar a execução de obras de reassentamento nos municípios de Bento Rodrigues e Paracatu, e a prestação de serviços de apoio ao gerenciamento e fiscalização dessas obras, visando a implantação dos programas ao longo das áreas impactadas. Nota-se que ocorreu uma baixa significativa dos valores em aberto de adiantamento em 2023, isso se deve ao movimento de conclusão e entrega das casas, finalizando assim diversas demandas relacionadas ao reassentamento.

	2023	2022
Adiantamento a fornecedores no país	15.611	59.518
Despesas antecipadas - Seguros	1.197	1.250
Outros ativos	2.564	1.965
	19.372	62.733

7. Bens destinados a terceiros

Em 2016, a Fundação Renova iniciou os investimentos que compõe o programa de reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, conforme previsto “TTAC” e elaborado com a participação ativa dos futuros moradores.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Este complexo, assemelha-se à construção uma cidade, com equipamentos públicos, pavimentação das vias e redes de energia, água e esgoto, escola, posto de serviços e saúde, praças, igrejas, quadra, campo de futebol, aterro sanitário, usina de reciclagem, dentre outros.

Os reassentamentos coletivos começam a oferecer condições para que as comunidades restabeleçam sua vida social, econômica e cultural com a mudança de famílias para os reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu. A retomada desses espaços é muito esperada, inclusive pela forma participativa em que o projeto foi desenvolvido, envolvendo toda a comunidade, o que torna este modelo único no mundo.

A infraestrutura dos distritos já está concluída e dos 345 imóveis previstos para construção, 259 (75%) imóveis já estão com as obras finalizadas, sendo 184 imóveis no reassentamento de Bento Rodrigues e 95 imóveis em Paracatu/MG. Todas as obras foram realizadas do zero, a partir das escolhas dos futuros moradores dos distritos, que selecionaram desde o novo terreno para a localização dos reassentamentos até o projeto de suas casas, respeitando necessidades e expectativas de cada família.

O programa de reassentamento, continua avançando, com a construção de dezenas de casas e equipamentos públicos, tendo o término físico das obras, previsto para dezembro de 2024.

Os dispêndios auferidos neste programa, permanecem classificados no ativo não circulante, até que todos os imóveis construídos e as instalações públicas desses distritos, sejam totalmente transferidos aos respectivos proprietários e a finalidade do programa seja totalmente cumprida, com previsão para dezembro de 2025 e, portanto, serão reconhecidos no resultado da Fundação Renova.

Os valores que compõe esta rubrica estão demonstrados a seguir:

		2023	2022
Obras civis, topografia e sondagem	(a)	2.837.149	1.983.787
Gerenciamento e outros	(b)	472.194	320.186
Terrenos	(c)	144.343	105.221
Projetos de engenharia	(d)	95.960	87.724
Consultoria e estudos ambientais	(e)	51.519	39.741
Suporte, comunicação e diálogo	(f)	13.398	9.517
		3.614.563	2.546.176

- Gastos com as obras civis, terraplenagem, sondagens e serviços topográficos dos terrenos adquiridos.
- Gastos gerenciamento das obras Bento Rodrigues, Paracatu para o funcionamento e manutenção dos projetos relacionados aos programas previstos no "TTAC".
- Aquisição de terrenos, regularização fundiária e vistoria para construção das moradias e infraestrutura do programa de reassentamento das comunidades.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Dispêndios relacionados a gastos com contratação de engenharia, projetos conceituais e urbanísticos.
- e) Consultorias e estudos ambientais necessários para suportar a fase de execução do projeto, assim como as ações para licenciamentos ambientais e outras providências
- f) Gastos com comunicação, publicidade, eventos, assim como todo o suporte ocorrido para apoiar as obras (alimentação, viagens, veículos, vigilância, TI, entre outros).

8. Valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce

	2023	2022
Fundo Desenvolve Rio Doce MG	43.532	40.020
Fundo Diversifica Mariana	25.208	5.000
Fundo Desenvolve Rio Doce ES	15.850	14.725
Fundo Compete Rio Doce MG	2.804	3.882
	87.394	63.627
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(5.631)	(4.823)
	81.763	58.804

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a abertura dos valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce por idade de vencimento era composto como segue:

	2023	2022
A vencer	81.763	58.804
Vencidas		
De 1 a 30 dias	-	1
De 31 a 60 dias	2	2
De 61 a 90 dias	2	2
De 91 a 180 dias	15	24
Acima de 180 dias	5.612	4.794
	87.394	63.627

Os Fundos Desenvolve Rio Doce e Compete Rio Doce foram criados a partir da parceria firmada entre a Fundação Renova, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (“BANDES”) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (“BDMG”) para oferecer linhas de crédito a micro e pequenas empresas de 39 (trinta e nove) municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Para a constituição dos Fundos, a Fundação Renova disponibilizou a importância de R\$ 40.000, sendo R\$ 30.000 para o Estado de Minas Gerais e R\$ 10.000 para o Estado de Espírito Santo.

Além disso, em dezembro de 2022, a Fundação Renova disponibilizou R\$ 5.000 para o Fundo Diversifica Mariana, modalidade Financiamento, para operações de crédito exclusivas para micro, pequenas e médias empresas sediadas no município de Mariana (MG) em parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (“BDMG”). Um

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

segundo aporte de R\$ 20.000 foi realizado em julho de 2023, alcançando o valor disponível de R\$ 25.000. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo dos Fundos representava R\$ 87.394.

A Administração avaliou o risco de perda esperada dos recebíveis, na data de 31 de dezembro de 2023, e constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 5.631.

O Fundo Desenvolve Rio Doce foi lançado em outubro de 2017 e seu prazo de vigência é de 10 (dez) anos. A partir de novembro de 2017, o Fundo passou a receber os montantes emprestados.

O Fundo Compete Rio Doce é um fundo complementar ao Fundo Desenvolve Rio Doce, que oferece orientação sobre a gestão por meio de consultoria especializada (crédito orientado). Este fundo foi lançado em fevereiro de 2019 e já a partir de março de 2019, passou a receber os montantes emprestados, ficando disponível durante 27 meses, atendendo o prazo estipulado de vigência de 2 (dois) anos. Encerrou suas atividades para novos empréstimos em maio de 2021 e durante todo o seu período de operação foram liberados R\$ 7.181.

Os Fundos Desenvolve Rio Doce, Compete Rio Doce e Diversifica Mariana, modalidade Financiamento são reembolsáveis, com taxas de juros competitivas, abaixo da média de mercado e prazos estendidos. As linhas de crédito podem ser destinadas para capital de giro e outras modalidades, inclusive investimento.

9. Imobilizado, intangível, direito de uso-arrendamento e ativo biológico

Devido a consolidação e maturidade das unidades e escritórios da Fundação Renova, com a tendência de permanência do trabalho de forma remota, não houve grandes investimentos em mobiliários, máquinas, equipamentos de TI e intangível.

Entretanto, destacamos as adições na “rubrica” de Imobilizado em andamento, principalmente o projeto de desenvolvimento do novo sistema do Programa de Indenização Mediada e Auxílio Financeiro Emergencial (PIM / AFE) no valor de R\$ 5.722 com previsão de conclusão no 1º trimestre de 2024.

9.1 Análise do valor recuperável (*Impairment*)

A Fundação Renova identificou em 2021 eventos e mudanças operacionais e econômicas que indicavam a desvalorização dos ativos concentrados no complexo da Fazenda Floresta, no Município de Rio Doce - MG.

Desta forma, em atendimento ao CPC 27 – Ativo Imobilizado e a aplicação do teste de Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment* – CPC 01), foi contratado em 2021, uma empresa especializada em serviços de Gestão de Ativos Imobilizados e Teste de Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment*), que apontou a perda por desvalorização no valor de R\$ 419 (quatrocentos e dezenove mil reais), que ora foi

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecido no resultado, com base em um laudo de avaliação dos bens imóveis, emitido pela Entidade contratada.

Em 2023, a Fundação Renova não identificou eventos ou mudanças operacionais e econômicas significativas que demonstrem indicativos de reduções adicionais ao valor recuperável. Dessa forma, não foi necessário realizar outro laudo de avaliação patrimonial.

9.2 Vida útil e valor residual contábil

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Fundação Renova concluiu o inventário e a avaliação dos seus bens patrimoniais, no qual foi revista a vida útil residual de seus ativos, bem como na apresentação do valor residual contábil.

No ano de 2023 não ocorreram mudanças significativas nos padrões, métodos e valores da depreciação econômica, que foi atestado e evidenciado pelo laudo de avaliação dos bens móveis, que demonstrou que o estado de conservação dos ativos da Fundação Renova, encontram-se adequados para a continuidade das operações.

a) Imobilizado

A tabela abaixo apresenta a movimentação dos bens patrimoniais:

	Saldo 2021	Adições (Baixas)	Depreciação	Trans- ferência	Saldo 2022	Adições (Baixas)	Depreciação	Trans- ferência	Saldo 2023
Benfeitorias em bens de terceiros	502	227	(2.927)	22.970	20.772	-	(2.892)	-	17.880
Equipamentos processamento de dados	2.900	385	(1.599)	3.274	4.960	188	35	-	5.183
Máquinas e equipamentos	4.107	(2)	(609)	-	3.496	(297)	(610)	255	2.844
Imobilizado em andamento	27.117	4.049	-	(26.933)	4.233	7.628	-	(499)	11.362
Móveis e utensílios	1.922	211	(332)	67	1.868	(16)	(188)	(1)	1.663
Terrenos	1.666	-	-	-	1.666	(1.225)	-	-	441
Total Imobilizado	38.214	4.870	(5.467)	(622)	36.995	6.278	(3.655)	(245)	39.373

b) Intangível

Os ativos intangíveis são tratados contabilmente, seguindo as diretrizes descritas no pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (“CPC 04”).

A vida útil econômica de softwares pode ser classificada como “definida” ou “indefinida” sendo os ativos intangíveis da Fundação Renova classificados como sendo de vida útil definida. Em sua maioria o intangível da Entidade é composto por softwares de gestão empresarial.

O laudo de avaliação apresentado pela empresa especializada em serviços de Gestão de Ativos Imobilizados, foi realizado pelo método do custo histórico, não alterando seus

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

valores residuais contábeis assim como suas respectivas vidas úteis econômica atualmente utilizadas.

	Saldo em 2021	Adições	Amortização	Trans-ferência	Saldo em 2022	Adições	Amortização	Trans-ferência	Saldo em 2023
Sistemas Software	3.817	1.260	(1.726)	622	3.973	-	(1.492)	74	2.555
Total Intangível	3.817	1.260	(1.726)	622	3.973	-	(1.492)	74	2.555

c) Ativo direito de uso - Arrendamentos

Seguindo as diretrizes descritas no pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC 06 (R2)"), a Fundação Renova reconheceu seus ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento, referente aos contratos que anteriormente eram classificados no resultado da Entidade, e passaram a constituir o grupo do ativo imobilizado no balanço patrimonial.

	Saldo em 2021	Adições	Depreciação	Saldo 2022	Adições	Depreciação	Saldo em 2023
Ativos de direito de uso	1.222	6.074	(5.283)	2.013	3.059	(2.935)	2.137
Total Arrendamento	1.222	6.074	(5.283)	2.013	3.059	(2.935)	2.137

d) Passivo – Arrendamentos

	Saldo 2021	Adições	Trans-ferências	Depreci-ação	Despesas financeiras	Saldo 2022	Adições	Trans-ferências	Depreci-ação	Despesas financeiras	Saldo 2023
Circulante	917	5.796	278	(6.070)	787	1.708	2.955	305	(3.273)	338	2.033
Não circulante	305	278	(278)	-	-	305	104	(305)	-	-	104
Total	1.222	6.074	-	(6.070)	787	2.013	3.059	-	(3.273)	338	2.137

e) Ativo Biológico

Em 2023 a Entidade adquiriu ativos biológicos, já em sua fase adulta, representados em sua maioria por bovinos e equinos e que foram reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 29, pelo valor justo, mediante laudo de avaliação técnico. A depreciação é reconhecida mensalmente pela vida útil residual.

	Saldo em 2022	Transferências	Depreciação	Saldo em 2023
Ativo Biológico	-	171	(18)	153
Total	-	171	(18)	153

f) Bens em comodato

Em 2016, a Fundação Renova recebeu, como comodato de suas mantenedoras Samarco e Vale, bens para execução de suas atividades operacionais e administrativas. Em 2019 a Fundação Renova devolveu parcialmente alguns equipamentos de informática, móveis e utensílios. Os demais itens em comodato permanecem na Fundação Renova até a presente

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

data, e são compostos basicamente por móveis, utensílios, equipamentos de informática e telecomunicação.

Adicionalmente em 2018 a Entidade recebeu em regime de comodato os seguintes terrenos:

- Vale – Fazenda Mina da Alegria (matrícula 10.034) e Fazenda Fábrica Nova (matrícula 17.189);
- Samarco – Fazenda Asa Branca (matrícula 15.313 - área 95,93ha);
- Grupo Aliança - Terreno (matrícula 1.553).

Os montantes reportados são os valores contábeis residuais destes bens nas empresas proprietárias.

Considerando a obrigação da Fundação Renova em devolver estes itens às mantenedoras, ao final do período contratado, os valores destes bens estão escriturados conforme a seguir:

BENS EM COMODATO	2023	2022
Terrenos	2.027	2.027
Móveis e utensílios	176	176
Equipamentos processamento de dados	7	7
Subtotal	2.210	2.210

BENS EM COMODATO A DEVOLVER	2023	2022
Terrenos	(2.027)	(2.027)
Móveis e utensílios	(176)	(176)
Equipamentos processamento de dados	(7)	(7)
Subtotal	(2.210)	(2.210)

10. Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto por valores a pagar a prestadores de serviços e aquisição de materiais. Em 31 de dezembro, representam a composição demonstrada abaixo:

	2023	2022
Mercado interno	188.858	321.484
Mercado externo	40	-
	188.898	321.484

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Salários, provisões e contribuições sociais

a) O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

		2023	2022
Provisão de férias	(a)	18.027	17.622
INSS de empregados a recolher	(b)	3.366	3.500
FGTS a pagar	(c)	1.274	1.286
Outros	(d)	340	278
		23.007	22.686

- a) A provisão de férias é constituída proporcionalmente ao período trabalhado, considerando as determinações legais.
- b) Contribuição do empregado, devidamente retidos para repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- c) Contribuição mensal de 8% do salário do empregado, de obrigação do empregador, conforme legislação vigente.
- d) É composto principalmente por valores a pagar de PIS sobre folha e seguro de vida em grupo dos empregados permanentes da Entidade.
- b) Em 31 de dezembro de 2023 o Plano de Benefícios ValiaPrev da Entidade, apresentou um resultado superavitário. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) o ativo somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que este ativo poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Entretanto, tendo em vista que não foi identificado no exercício de 2023 nenhuma possibilidade de conversão do superávit apurado em benefício econômico para a Entidade, este retornará ao plano ValiaPrev. O limite do ativo a ser reconhecido é zero (nulo), conforme demonstrado no quadro abaixo.

Encerramento Ano Fiscal	2023	2022
1 Valor Presente da Obrigação (VPO)	(11.947)	(10.470)
2 Valor Justo dos Ativos (VJA) ¹	28.088	25.793
3 Superavit (deficit)	16.141	15.323
4 Superavit irrecuperável (efeito do limite de ativo)	(16.141)	(15.323)
5 Ativo (passivo) líquido de benefício definido	-	-

Os principais riscos atuariais são: sobrevivência superior ao previsto nas tábuas e mortalidade, rotatividade inferior à esperada, crescimento salarial acima do esperado, rentabilidade do patrimônio abaixo da taxa de desconto atuarial acrescida da variação acumulada do IPC-BR e composição familiar real dos aposentados diferente da hipótese estabelecida.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os dados de participantes utilizados na avaliação atuarial estão resumidos abaixo:

Data de cadastro		2023	2022
Participantes Ativos	Número	538	544
	Média Salarial Anual	184.698	165.399
	Idade Média	42,46	42,09
	Tempo de Serviço Médio	4,75	4,16
Participantes Assistidos	Número	3	2
	Benefício Médio Anual	206.101	289.859

Premissas utilizadas nas avaliações:

A Fundação Renova considera que a taxa real de 2,00% reflete a política de reajustes salariais que as Entidades estão empenhadas em adotar no futuro. Combinada com a taxa de inflação, a taxa nominal é 5,57% a.a., até a idade de 55 anos.

Encerramento Ano Fiscal	2023	2022
1 Taxa de desconto	9,17%	9,68%
2 Taxa de inflação	3,50%	3,50%
3 Taxa de crescimento salarial	5,57%	5,57%
4 Crescimento de benefícios concedidos	3,50%	3,50%
5 Crescimento de benefícios diferidos	N/A	N/A
6 Data de cadastro	30-jun-23	30-jun-22

A Willis Towers Watson sugere a adoção de uma inflação de longo prazo de 3,50% a.a., estimada com base nas expectativas do Comitê de Investimentos da Willis Towers Watson após a análise e projeção de cenários macroeconômicos realizada na reunião de novembro de 2023 (ainda válida em dezembro) e a Fundação Renova optou por adotar esta taxa de inflação de longo prazo em suas avaliações. A combinação da taxa de inflação no longo prazo com a taxa real de desconto gerou a taxa nominal de desconto de 9,17% a.a. para 31 de dezembro de 2023.

Todos os dados de participantes foram fornecidos pela administradora do plano na data base do cadastro e foram ajustados para refletir os desligamentos ocorridos após a referida data.

Benefícios avaliados neste relatório:

- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Suplementação da Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Renda de Pensão por Morte;
- Renda de Benefício Diferido por Desligamento;
- Suplementação de Abono Anual;
- Renda de Abono Anual;
- Resgate

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Tributos a recolher

A composição do saldo de tributos a recolher encontram-se abaixo:

		2023	2022
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	(a)	8.603	7.940
INSS - retido de fornecedores	(a)	6.157	8.034
ISS - Imposto retido sobre serviços	(a)	5.695	7.375
Tributos federais retidos	(b)	4.746	4.210
IRRF - Juros e indenização LC (Lucro cessantes)	(a)	2.111	2.756
Tributos sobre receitas financeiras	(c)	125	770
		27.437	31.085

- Tributos retidos de fornecedores, em geral prestadores de serviços e nas indenizações pagas a pessoas físicas e jurídica;
- Retenções dos tributos federais PIS, COFINS e CSLL, de acordo com a Lei 13.137/2015 de 19 de junho de 2015.
- Valores a pagar relacionados a tributos diretos oriundos das operações da Fundação Renova.

Impostos de renda e contribuição social sobre o superavit líquido

A Fundação Renova está sujeita à tributação do imposto de renda pela alíquota de 15%, mais adicional 10% e alíquota de 9% da contribuição social sobre o superavit decorrente do resultado operacional e financeiro.

A seguir, apresentamos a movimentação de imposto de renda a pagar:

	2023	2022
Imposto corrente		
Imposto corrente sobre o superavit do exercício	6.609	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	5
Total do imposto corrente	6.609	5
Imposto diferido (a)		
Geração e estorno de diferenças temporárias	(1.324)	151
Geração e estorno de prejuízos fiscais	(6.633)	3.399
(-) Baixa do IR/CS diferido pela irrecuperabilidade	7.957	(3.550)
Total do imposto corrente	-	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	6.609	5

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Resultado antes da compensação	28.978	(8.847)
Compensação prejuízo fiscal	(8.519)	-
Resultado após compensação	20.459	(8.847)
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais (34%)	6.956	(3.008)
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	-	(326)
Déficits fiscais para os quais nenhum imposto diferido foi reconhecido	-	3.334
Outros	(347)	5
Encargo fiscal	6.609	5

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O superavit fiscal apurado no exercício de 2023, origina-se essencialmente do processo operacional da Fundação Renova com as exclusões e adições de provisões previstas na legislação do Imposto de Renda, aliado ao processo de atualização do saldo das obrigações socioeconômicas e socioambientais no passivo pelo IPCA, conforme cláusula 237 do “TTAC”, deduzidos os rendimentos de aplicações financeiras auferidos no mesmo período, que impactaram na apuração do imposto de renda e contribuição social.

A ocorrência de cenário de superavit fiscal enseja o reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos, constituindo assim um ativo fiscal diferido, conforme estabelece o pronunciamento do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Embora tenha realizado o registro, no entanto, coube à Fundação Renova realizar uma análise referente à recuperabilidade desse ativo fiscal, por meio de projeções de superávits tributáveis futuros.

Tais projeções foram preparadas com base nas melhores estimativas da Administração, mas por envolverem diversas premissas que não estão sob o controle da Fundação Renova, como índices de inflação, taxa de juros e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção.

E, por entender que eventuais superávits fiscais futuros passíveis de tributação às alíquotas de 25% para Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social, não serão suficientes para suportar a compensação dos referidos ativos fiscais, a Entidade optou por não reconhecer os saldos do Imposto de renda e contribuição social diferidos.

13. Indenizações a pagar e outras

A Entidade adquire volumes significativos de serviços de terceiros para execução de suas atividades e em 31 de dezembro, alguns de seus fornecedores, por razões diversas, não detinham todos os elementos para emissão de seus faturamentos, referentes aos serviços já prestados e aprovados. Adicionalmente, a Entidade possui frentes de trabalho, em

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

diversos municípios, para negociação de indenizações por Lucros cessantes (“LC”), referente aos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, gerando compromissos de valores a pagar. Desta forma, a Administração, com base em seus controles internos e medições, constituiu suas obrigações já existentes, visando atender ao princípio da competência. O detalhamento de tais indenizações e serviços já realizados e não faturados, encontra-se abaixo:

		2023	2022
Indenização - Lucros Cessantes	(a)	105.729	96.266
Obras civis		-	6.837
Comunicação Institucional		-	1.024
Consultoria		51	942
Terraplenagem		-	106
Outros serviços contratados		144	372
		105.924	105.547

- a) Lucros Cessante - correspondem à renda impactada da atividade produtiva que o atingido deixou de auferir como consequência direta do rompimento da barragem de Fundão. Os valores de indenização por lucro cessante são referentes ao período de duração do impacto no ano de 2023 e é devido aos atingidos que assinaram o acordo no Programa de Indenização Mediada (“PIM”) e permanecem impactados em suas atividades econômicas, ainda que parcialmente. Conforme deliberação emitida pelo CIF, o pagamento dos lucros cessantes devem ser realizados no ano subsequente ao de sua competência, ou seja, até 31 de março de 2024.

14. Obrigações socioambientais e socioeconômicas

As obrigações socioambientais e socioeconômicas compreendem a dotação recebida das mantenedoras e destinadas às despesas finalísticas com os programas definido no “TTAC”, assim logo que recebidas as dotações são transferidas para o passivo. A composição do saldo de tais obrigações socioambientais e socioeconômicas encontra-se detalhada abaixo:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2023**

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo 2021	Aportes (nota 16)	Novas Entradas	Baixa (nota 17)	Transferência	Atualização Fundo Desenvolve Rio Doce (nota 8)	Atualização IPCA (nota 20)	Saldo 2022
Programas reparatórios	235	7.179.458	(58.869)	(6.485.071)	(762.439)	-	135.130	8.444
Programas compensatórios	408.025	337.472	-	(272.746)	53.313	4.462	20.795	551.321
Programas compensatórios – ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	56.337	-	-	(26.322)	30.604	-	2.967	63.586
Programa Reparatório - Equipamentos monitoramento de Água	2.717	-	-	(509)	-	-	-	2.208
Programa Reparatório - Candonga vinculados Samarco	-	290.000	-	(271.182)	(18.818)	-	-	-
TOTAL CIRCULANTE	467.314	7.806.930	(58.869)	(7.055.830)	(697.340)	4.462	158.892	625.559
Programas reparatórios	1.464.919	-	-	-	781.257	-	-	2.246.176
Programas Compensatórios	133.414	-	-	-	120.603	-	8.441	262.458
Programas compensatórios – ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	582.431	-	-	-	(204.520)	-	32.439	410.350
TOTAL NÃO CIRCULANTE	2.180.764	-	-	-	697.340	-	40.880	2.918.984
TOTAL GERAL	2.648.078	7.806.930	(58.869)	(7.055.830)	-	4.462	199.772	3.544.543

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo 2022	Aportes (nota 16)	Novas Entradas	Baixa (nota 17)	Transferência	Atualização Fundo Desenvolve Rio Doce (nota 8)	Atualizaã o IPCA (nota 20)	Saldo 2023
Programas reparatórios	8.444	6.062.859	(8.852)	(4.742.514)	(1.260.346)	-	18.710	78.301
Programas compensatórios	551.321	348.141	-	(544.854)	(13.127)	3.766	12.020	357.267
Programas compensatórios – ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	63.586	-	-	(31.995)	86.216	-	10.182	127.989
Programa Reparatório - Equipamentos monitoramento de Água	2.208	-	-	(506)	29.294	-	-	30.996
TOTAL CIRCULANTE	625.559	6.411.000	(8.852)	(5.319.869)	(1.157.963)	3.766	40.912	594.553
Programas reparatórios	2.246.176	-	-	-	1.345.615	-	22.772	3.614.563
Programas compensatórios	262.458	-	-	-	(275.352)	-	12.894	-
Programas compensatórios – ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	410.350	-	-	-	87.700	-	22.131	520.181
TOTAL NÃO CIRCULANTE	2.918.984	-	-	-	1.157.963	-	57.797	4.134.744
TOTAL GERAL	3.544.543	6.411.000	(8.852)	(5.319.869)	-	3.766	98.709	4.729.297

Destacamos que, por ocasião da judicialização de assuntos já abarcados por programas reparatórios e compensatórios, alguns processos em que a Fundação Renova é parte, não figuram na nota explicativa 15 como causas judiciais / contingências, mas sim assegurados no fluxo econômico dos programas em andamento, a saber:

- a. Processo nº 0039564-83.2018.8.13.0400 (PJE 5001148-24.2019.8.13.0400) - Ação Civil Pública de Defesa do direito à saúde e assistência social, ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais e Município de Mariana contra a Samarco Mineração S/A, a Vale S/A, a BHP Billiton Brasil Ltda. e a Fundação Renova, com pedido de: (i) custeio integral na contratação de empresa especializada para a promoção de processo seletivo simplificado, a favor do Município de Mariana/MG, mediante crédito bancário; (ii) repasse de recursos antecipadamente ao Município de Mariana/MG para financiar a suplementação da prestação de serviços de saúde e assistência social para as vítimas do desastre; (iii) bloqueio de valores existentes nas contas bancárias da Fundação Renova, Vale, Samarco e BHP no montante de R\$ 47.800 para a garantia de recursos financeiros necessários às prestações de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para a promoção de serviços aos atingidos. Foi celebrado um

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

acordo entre as partes, homologado judicialmente, pelo qual a Fundação Renova se comprometeu e tem efetuado repasses, previstos na Cláusula 12ª deste acordo, observado o teto de R\$11.170 para a Secretaria Municipal de Saúde (suplementação de recursos humanos para a saúde, reforma ou construção do “CPAS IJ”, recuperação APS de Ponte da Gama, fornecimento de equipamentos, aluguel de veículos, capacitação para equipe do “SUS”, aluguel de imóvel, fornecimento de medicamentos e material médico) e R\$ 5.548 para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (suplementação de recursos humanos para proteção social, fornecimento de mobiliário, aluguel de veículos e “CREAS”, capacitação para equipe do “SUAS”, apoio logístico às oficinas do “SCFV” e prestações de contas. A Administração entende que não existem obrigações adicionais aos valores provisionados.

- b. Processo nº 5000917-94.2019.8.13.0400 - Ação Civil Pública, ajuizada pelo Município de Mariana contra a Fundação Renova, com o objetivo de cobrar os valores relativos à implantação do programa de educação em tempo integral para o Município de Mariana e danos morais. Foi celebrado um acordo entre as partes, homologado judicialmente, pelo qual a Fundação Renova se comprometeu e efetuou todos os repasses, por meio de depósitos judiciais, conforme estipulado neste acordo, limitado a R\$ 13.255. A Administração entende que não existem obrigações adicionais aos valores provisionados. Em 2023, foi celebrado um aditivo ao acordo apenas para estender o prazo para que o Município possa utilizar o recurso, sem a necessidade de qualquer pagamento adicional pela Fundação Renova.

15. Provisão para causas judiciais

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões consideradas com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 11.299, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Saldo em 31/12/2023
(i)Provisão para Ações Cíveis	5.667	2.951	-	8.618	-	(8.618)	-
(ii)Provisão para Ações Trabalhistas	2.803	3.209	-	6.012	-	(506)	5.506
(iii)Provisão para Ações Tributárias	5.587	-	(2.412)	3.175	2.618	-	5.793
Subtotal	14.057	6.160	(2.412)	17.805	2.618	(9.124)	11.299
(-) Depósitos Judiciais	40.593	144.942	(39)	185.496	33.537	(282)	218.751

A Fundação Renova é parte em ações judiciais oriundas do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias, além das ações coletivas que discutem termos e cumprimento das cláusulas do “TTAC”. As ações destacadas com a possibilidade de perda avaliada como provável se referem às: (i) ações cíveis que

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

pleiteiam a inclusão dos autores nos programas de auxílio financeiro emergencial ou indenização e Novo sistema Indenizatório, (ii) demandas trabalhistas de funcionários próprios e terceirizados, cujas decisões proferidas até em segunda instância são desfavoráveis à Fundação Renova, (iii) ação tributária (anulatória de débito fiscal) para discutir os valores controversos quando da apresentação de denúncia espontânea, suspender a execução do valor relativo à multa e ter sua CND positiva com efeito negativo liberada para prosseguir com suas operações e obrigações jurídicas.

O saldo de depósitos judiciais está registrado no ativo no montante de R\$218.751 dos quais destacamos:

- i. Multa imposta pelo “CIF” – Cumprimento de sentença nº 1014427-94.2022.4.01.3800 ajuizado pelo Comitê Interfederativo (“CIF”), atribuiu à Samarco a obrigação de realizar a dragagem dos primeiros 400m do reservatório da UHE Risoleta Neves (“Candongia”) até 31 de dezembro de 2016. Avaliamos a expectativa de perda como possível, conforme item (a) no quadro abaixo, neste processo e esclarecemos que foi realizado pela Fundação Renova no dia 11 de agosto de 2022 o depósito em juízo no valor de R\$130.304, com o objetivo de garantir o Juízo, evitando eventuais medidas constritivas contra a Fundação Renova, assim como para afastar quaisquer questionamentos quanto à eventual aplicação de multa de 10% e honorários advocatícios de 10%, conforme previsto no art. 523, §1º, do Código de Processo Civil (“CPC”).
- ii. Agenda integrada – ação conjunta entre a Fundação Renova e os governos de Minas Gerais e Espírito Santo, que promoveu acordos de repasse de valores aos municípios atingidos determinados pelo TTAC para investimentos em infraestrutura, saúde e educação. Judicialmente foi determinado o depósito de valores em favor de municípios das chamadas “novas áreas” e contra esta decisão foram interpostos recursos (ainda não julgados). Os valores foram depositados em juízo pela Fundação Renova e uma decisão de 2ª instância determinou a realização de perícia para definir pela inserção ou não destes municípios como área de abrangência de atuação da Fundação Renova.

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Entidade, não foram registradas provisões por terem sua expectativa de perda avaliada como possível. Estes estão agrupados conforme quadro abaixo:

Descrição	2023	2022
(a) Ações coletivas cíveis	30.857.405	27.645.338
(b) Ações individuais cíveis	43.358.470	35.253.757
(c) Ações Trabalhistas	9.384	3.593
Total perda possível	74.225.259	62.902.688

a) Ações Coletivas Cíveis: Aquelas ajuizadas pelos Ministérios, Defensorias Públicas, Municípios, Estados, Comissões de Atingidos contra a Fundação Renova (“ACPs”), cujas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

análises dos assessores jurídicos restaram com expectativa de perda possível. Tais ações somam R\$ 30.857.405 em 31 de dezembro de 2023, das quais destacamos:

- i) Ação de nº 5023635-78.2021.8.13.0024 - ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais requerendo a intervenção e extinção da Fundação Renova no montante atualizado de R\$ 10.000.000 (dez bilhões de reais). O valor da causa não tem impacto financeiro para a Fundação Renova, já que os pedidos se referem à execução de programas previstos no "TTAC", já orçados. O processo encontra-se suspenso desde agosto de 2021 em cumprimento da decisão proferida pelo STJ, em Conflito de Competência de nº 179.834;
- ii) Ação de nº 1006326-05.2021.4.01.3800 - cumprimento de Sentença em que, diante do rompimento da barragem de Fundão e o derramamento dos rejeitos de mineração sobre a barragem de Santarém, localizadas no Complexo Industrial de Germano, Mariana/MG, no montante atualizado de R\$3.969.000 (três bilhões, novecentos e sessenta e nove milhões de reais), onde os atingindo da comunidade de Ipaba/MG (pescadores, revendedores de pescado, comerciantes, produtores entre outros. Requerem: (i) que o Município de Ipaba/MG seja reconhecido como impactado; (ii) a condenação das rés ao pagamento de indenizações para as categorias apontadas; (iii) a flexibilização dos critérios limitadores ("LMEO", Renda, Comprovante de Residência); (iv) sejam deferidos os meios de comprovação das atividades e dos ofícios; (v) que seja deferida a produção de todas as espécies de prova admitidas; (v) pagamento dos valores de quitação única acrescidos de correção monetária;
- iii) Ação de nº 1008405-88.2020.4.01.3800 - ação popular ajuizada contra a Fundação Renova, na qual o Autor alega que, mesmo após o decurso de três anos após o rompimento da barragem de Fundão, nenhuma reparação indenizatória efetiva teria sido feita ao meio ambiente, não tendo ocorrido a reconstrução do local degradado, a indenização digna às vítimas ou a reparação efetiva aos cofres públicos. Ao final, o Autor requereu a condenação da Fundação Renova ao pagamento de R\$ 2.200.000 (dois bilhões e duzentos mil reais) ao Erário Público Mineiro e, caso se entenda pela não aplicação da reparação pecuniária em ação popular, o reconhecimento do incidente de arguição de inconstitucionalidade;
- iv) Ação de nº 0052302-06.2018.8.13.0400 - Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) contra a Fundação Renova, Samarco, Vale e BHP, no montante de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais) na qual alega o Autor que alguns dos pedidos formulados na Ação Civil Pública nº 0400.15.004335-6 não foram objeto do acordo homologado em 2 de outubro de 2018 - ressalva prevista na Cláusula 9 do referido Termo de Transação, razão pela qual poderiam ser pleiteados em outra ação coletiva;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- v) Ações de nº 1037386-93.2021.4.01.3800 e 1017333-91.2021.4.01.3800 pela qual a Autora requer a extensão do Novel ao território de Acaiaca/MG e pelo reconhecimento das referidas comunidades dos Quilombolas de São Mateus e Conceição da Barra, no montante de R\$ 4.040.993 (quatro bilhões, quarenta milhões e novecentos e noventa e três mil reais) movidos pela comissão dos atingidas pelo desastre ambiental ocorrido em Mariana ocasionado pelo rompimento da barragem operada pela Samarco S/A.

Todas elas apresentam pedidos similares de cunho reparatório e/ou indenizatório e seus desdobramentos, tais como: pagamentos de indenizações de danos morais individuais e coletivos, apresentação de planos de ações de reparação, monitoramento de qualidade da água, ressarcimento de gastos extraordinários, pedido de nulidade e garantias de determinadas cláusulas do Programa de Indenizações Mediadas, entre outros.

- b) Ações Cíveis Individuais - trata-se de ações com objetos similares aos do item a, ajuizadas contra a Fundação Renova, Samarco Mineração S.A, BHP Billiton Brasil Ltda. e Vale S.A., nas quais os Autores requerem, basicamente, indenização por danos materiais e danos morais em razão da (i) interrupção no abastecimento da água nas cidades atingidas; (ii) falta ou manutenção de pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial; (iii) ressarcimento em razão da perda de bens ou equipamentos; (iv) lucros cessantes; (v) falta de recebimento da parcela indenizatória no âmbito do PIM – Programa de Indenização Mediada; (vi) indenização pelo deslocamento físico ou danos causados pela cheia da Lagoa Juparanã em Linhares; (v) demandas oriundas do novo sistema indenizatório – Novel.
- c) Ações Trabalhistas - em sua maioria, ajuizadas contra um prestador de serviços contratado e contra a Fundação Renova e em alguns casos, contra suas mantenedoras, como responsáveis subsidiárias. Os pedidos são, em sua maioria, referentes ao não pagamento de verbas trabalhistas rescisórias aos empregados destes prestadores de serviço ao não pagamento de verbas trabalhistas aos empregados destes prestadores de serviço.

16. Patrimônio Líquido

A Escritura Pública de instituição da Fundação Renova descreve que a dotação de bens, a que se refere o artigo 62 do Código Civil, necessária para atender ao objeto da Fundação Renova, corresponderá à soma das parcelas da dotação realizadas até o ano de 2023, bem como as parcelas posteriormente indicadas pelo conselho curador como necessárias para o cumprimento dos projetos a partir do ano 2024.

Os aportes efetuados pelas mantenedoras, destinados exclusivamente às despesas finalísticas com os programas socioeconômicos e socioambientais, são reconhecidos, inicialmente, no Patrimônio Líquido e posteriormente transferidos para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas no passivo. Já os aportes efetuados para custear as despesas administrativas, são alocados na conta de contribuição de despesas administrativas, no passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

À medida que a Fundação Renova desembolsa os recursos para cobrir estes gastos, as contas do passivo são amortizadas e os aportes dos programas finalísticos e das despesas administrativa são reconhecidos no resultado, com valores idênticos aos gastos realizados, conforme previsto na Interpretação Técnica da ITG 2002 (R1).

Conforme definido no “TTAC”, as empresas, Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil Ltda., proveram recursos para a Fundação Renova com contribuições, conforme abaixo:

Valores aportados ao Patrimônio Social para cobrir as despesas finalísticas

Descrição	Saldo 2021	Aporte	Saldo 2022	Aporte	Saldo 2023
Samarco Mineração S. A.	4.311.509	4.409.360	8.720.869	2.250.668	10.971.537
Vale S.A.	7.020.043	1.698.785	8.718.828	2.080.166	10.798.994
BHP Billiton Brasil Ltda.	7.019.352	1.698.785	8.718.137	2.080.166	10.798.303
Subtotal	18.350.904	7.806.930	26.157.834	6.411.000	32.568.834

Valores aportados para cobrir as Despesas Administrativas

Descrição	Saldo 2021	Aporte	Saldo 2022	Aporte	Saldo 2023
Samarco Mineração S. A.	121.959	134.470	256.429	85.582	342.011
Vale S.A.	268.735	78.265	347.000	51.709	398.709
BHP Billiton Brasil Ltda.	268.735	78.265	347.000	51.709	398.709
Subtotal	659.429	291.000	950.429	189.000	1.139.429
Total de aportes na Fundação Renova	19.010.333	8.097.930	27.108.263	6.600.000	33.708.263

As empresas mantenedoras proverão os recursos seguindo o declarado na escritura pública, conforme segue:

- De 2022 em diante os valores a serem aportados na Fundação Renova serão baseados no planejamento dos programas aprovados pela Fundação Renova. O “TTAC” não especificou um valor mínimo ou máximo neste período, para os programas reparatórios, mas deverá ser suficiente e compatível com o planejado.
- A Fundação Renova também destinará o montante fixo, não superior ou inferior de R\$ 240.000.000 (duzentos e quarenta milhões de reais) por ano, corrigidos nos termos da cláusula 257, por um período de 15 anos, a partir de 2016 para a execução de projetos de compensação, conforme previstos na cláusula 232. O valor total a ser destinado será de R\$ 3.600.000.000 (três bilhões e seiscientos milhões de reais), devidamente corrigido na forma da cláusula 257.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A reconciliação dos aportes previstos no “TTAC” ocorre através dos aportes registrados na Fundação Renova, somados aos aportes realizados diretamente pelas mantenedoras para cumprimento de programas, valores esses que ora são assegurados pela empresa de auditoria E&Y - Ernst & Young, conforme conciliação a seguir:

Descrição	Saldo 2021	Aporte	Saldo 2022	Aporte	Saldo 2023
Total dos Aportes Fundação Renova	19.010.333	8.097.930	27.108.263	6.600.000	33.708.263
Samarco Programas - “TTAC”	2.035.448	322.466	2.357.914	282.833	2.640.747
Subtotal	21.045.781	8.420.396	29.466.177	6.882.833	36.349.010
Ação Civil Pública - ACP Mariana	292.487	10.481	302.968	27.167	330.135
Aporte Total	21.338.268	8.430.877	29.769.145	6.910.000	36.679.145

17. Aportes

A Entidade tem como fonte de recursos os aportes realizados por suas mantenedoras, assim como também reconhece os serviços voluntários ofertados por elas e seus Conselheiros. Os valores realizados em 2023 estão demonstrados abaixo:

		2023	2022
Aportes socioambientais e socioeconômicas	(a)	5.319.870	7.035.324
Aportes despesas administrativas	(b)	223.552	253.112
Gratuidade e trabalho voluntário - Conselheiros	(c)	325	776
Gratuidade e trabalho voluntário - Cedidos	(d)	1.005	1.849
		5.544.752	7.291.061

- (a) Aportes recebidos das mantenedoras para aplicação nos programas geridos pela Fundação Renova, alocados no patrimônio social e à medida que essas obrigações com os programas são cumpridas o passivo precisa ser “liquidado” conforme ITG 2002(R1) para o resultado, como receita operacional de aportes.
- (b) Aportes recebidos das mantenedoras para custear as despesas administrativas, alocados na conta de contribuição de despesas administrativas, no passivo e posteriormente quando da apuração dessas despesas, esses valores, são apropriados no resultado, como aportes de despesas administrativas.
- (c) Referem-se às horas doadas em atividades realizadas pelo Conselho Curador, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo da Fundação Renova, que prestam serviços de forma voluntária e gratuita. Os valores destes serviços precisam ser reconhecidos pelo valor justo, mesmo que não tenha ocorrido o desembolso financeiro, conforme previsto na Interpretação Técnica da ITG 2002 (R1).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

São considerados nos cálculos, as horas efetivamente dedicadas pelos Conselheiros ao longo do ano de 2023, multiplicado pela taxa horária de cada um, este cálculo resultou em 1.204 horas de dedicação ao longo de 2023 pelos Conselheiros. Sendo que o Conselho Curador dedicou 1.176 horas em 2023 (2022 – 3.000 horas), o Conselho Fiscal dedicou 28 horas em 2023 (2022 – 680 horas), o Conselho Consultivo não realizou atividades em 2022 e 2023 – quantidade de horas não auditadas.

- (d) Refere-se a empregados cedidos pelas empresas mantenedoras – Vale e BHP Billiton Brasil Ltda., tendo em vista a continuidade de vários programas e a disseminação do conhecimento do mantenedor para agregar aos processos da Fundação Renova. Os montantes aqui registrados representam o somatório dos salários, encargos e benefícios destes empregados, dispendidos por cada mantenedora, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro”, conforme previsto na Interpretação Técnica da ITG 2002 (R1).

18. Despesas operacionais com programas

As despesas operacionais com os programas da Entidade referem-se aos gastos incorridos no período com programas de reparação e compensação socioambiental e socioeconômico previstos no “TTAC”. Os quadros abaixo demonstram a abertura dos gastos por grupo de medidas e por programa, em 31 de dezembro:

		2023	2022
Programas socioambientais – Reparação	(a)	764.177	759.298
Programas socioeconômicos – Reparação	(a)	3.988.597	5.972.840
Programas socioambientais – Compensação	(b)	512.435	255.884
Programas socioeconômicos – Compensação	(b)	54.661	47.302
		5.319.870	7.035.324

a) Programas – Reparação

Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem. Dentre estes programas destacamos:

- Programas de Indenizações (“PG.02” e “PG.21”) – Ressarcimento das pessoas, micro e pequenas empresas em virtude dos danos materiais e morais, perdas referentes às suas atividades econômicas com a aceleração das tratativas dos requerimentos no Sistema Indenizatório NOVEL, priorização da tratativa de casos remanescentes do Cadastro fase 1 e aceleração das tratativas dos novos cadastramentos elegíveis ao “PIM”, Dano Geral (“DG”) e “SPA”, submissão do protocolo de cessação do “AFE” no “CIF” (Comitê Interfederativo).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Programa do Reassentamento (“PG.08”) - Reconstrução, recuperação e realocação das localidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo com projetos específicos por localidade. Após a conclusão da reconstrução e reassentamento será realizado o monitoramento dos reassentamentos com abrangência dos programas sociais nas localidades.
- Programa Atividade Agropecuária (“PG.17”) - Reparar os danos socioeconômicos e ambientais aos produtores rurais impactados ao longo da calha do Rio Doce, através da reparação dos danos agropecuários das propriedades. Além disso fornecer serviço de apoio técnico e extensão rural aos produtores de modo a viabilizar a retomada das atividades agropecuárias.
- Programa de Manejo de Rejeitos (“PG.23”) - Elaboração de estudos de caracterização de impactos das áreas fluviais, estuarina, lacustre, costeira marinha e definição de ações de recuperação. Aplicação dos planos de manejo de rejeitos, avaliações biogeoquímica, hidrodinâmica e hidrossedimentológica, monitoramento da qualidade do ar, estruturas de contenção, estudos de avaliação de riscos à saúde humana e ecológico, execução de soluções de manejo de rejeitos (manutenção de processos erosivos e contenção de taludes, renaturalização, estruturas de contenção, etc).
- Programa de Biodiversidade Aquática (“PG.28”) - Monitoramento (ciclo 4) da biodiversidade aquática do Rio Doce, da foz e ambientes marinhos e estuarinos impactados na área ambiental 1 no estado do Espírito Santo, relatório anual (ciclo 4) do monitoramento reprodutivo de tartarugas marinhas, monitoramento (ciclo 2) aquático Minas Gerais e elaboração e entrega do relatório do plano de ação integrado para conservação da biodiversidade aquática.
- Programa de Abastecimento de Água (“PG.32”) - execução das obras reparatórias das Estações de Tratamento de Águas (“ETAs”) e adutora de Governador Valadares, obras do sistema de abastecimento de água nos municípios, com destaque para Resplendor, Tumiritinga e Baixo Guandu, incluindo fornecimento de água por caminhões pipa.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	2023	2022
Programa de manejo dos rejeitos	128.221	119.036
Contenção dos rejeitos e tratamento dos rios impactados	-	(37)
Recuperação da área Ambiental 1	30.864	23.531
Conservação da biodiversidade aquática	107.621	107.918
Conservação da fauna e flora terrestre	30.352	28.389
Sistemas de abastecimento de água	116.405	126.924
Investigação de monitoramento da água	32.316	36.643
Consolidação das unidades de conservação	2.919	3.474
Gerenciamento dos programas	315.479	313.420
	764.177	759.298

PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS	2023	2022
Levantamento cadastro dos impactados	89.649	33.818
Ressarcimento indenização impactados	2.755.962	4.278.160
Proteção dos povos indígenas	116.654	115.652
Proteção comunidade tradicional	13.914	5.838
Programa de proteção social	16.848	12.765
Comunicação e diálogo	75.378	89.306
Assistência aos animais	8.184	8.436
Reconstrução Bento, Paracatu e Gesteira	277.886	358.380
Recuperação reservatório UHE R. Neves	3.071	254.849
Recuperação de infraestrutura impactada	75.513	84.664
Recuperação de escolas	11.449	7.684
Preservação da memória histórica	14.001	11.611
Apoio ao turismo, cultura e esporte	5.268	3.498
Saúde física e mental dos impactados	3.063	8.529
Retomada da atividade pesqueira	15.374	17.927
Retomada da atividade agropecuária	95.006	68.940
Recuperação de micro e pequenos negócios	12.715	9.239
Auxílio financeiro dos impactados	398.662	603.435
Ressarcimento de despesas extraordinárias	-	109
	3.988.597	5.972.840

b) Programas - Compensação

Compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos programas. Dentre estes destacamos:

- Programa de Diversificação a Economia Regional (“PG.18”) - Entrega da casa do empreendedor para a prefeitura de Mariana, conclusão dos projetos de meliponicultura, agroecológico em assentamentos na bacia do Rio Doce e projeto do cacau no estado do Espírito Santo, inauguração dos bancos comunitários de povoação e Regência (Linhares/ES), Cachoeira Escura (Belo Oriente/MG) e Itueta/MG.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Programa de Recuperação de Nascentes (“PG.27”); de “APPs” e “ARHs” (“PG.26”) - Implementação do processo de aceleração das atividades de engajamento e validação nas propriedades rurais, mobilização dos produtores rurais, cercamento e proteção de áreas nas propriedades rurais e implantação de áreas sob condução da regeneração.
- Programa de Saneamento Básico (“PG.31”) - Repasse para implementação dos projetos de saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos, apoio técnico e capacitação aos municípios para implementação dos projetos.
- Programa de Abastecimento de Água (“PG.32”) - execução das obras compensatórias da adutora de Governador Valadares, Colatina e Linhares.
- Consolidação de “UCs” (“PG.38”) - Investigação e monitoramento da Bacia do Rio Doce, áreas estuarinas e costeiras, gerando informações sobre a qualidade da água e sedimentos para subsidiar a tomada de decisão e desenvolvimento dos programas e ações correlatas.

PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	2023	2022
Recuperação de APP e controle de erosão	252.524	102.498
Recuperação de nascentes	45.178	18.853
Estrutura de triagem reintrodução da fauna	4.267	5.643
Programa de coleta de tratamento de esgoto	61.159	26.884
Sistemas de abastecimento de água	39.330	68.253
Sistema de educação ambiental	14.149	15.689
Preparação de emergência ambiental	5.372	4.933
Informação para população	598	826
Comunicação nacional e internacional	2.407	2.023
Consolidação das unidades de conservação	83.452	8.433
Apoio à implementação de inventários ambientais e rurais	3.999	1.849
	512.435	255.884

PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS	2023	2022
Apoio ao turismo cultura e esporte	13.670	13.434
Pesquisa e tecnologias remediação	13.635	3.554
Diversificação a economia regional	5.709	21.501
Estímulo a contratação local	4.902	7.217
Medidas compensatórias	16.745	1.596
	54.661	47.302

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Despesas operacionais administrativas

Estas despesas se caracterizam como sendo as necessárias para manutenção das atividades operacionais da Fundação Renova, não estando ligadas diretamente à execução dos programas.

Incluem-se também nestas, as despesas reconhecidas com os serviços voluntários recebidos pela Entidade e o custeio do sistema CIF de governança.

O serviço voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, mesmo que não tenha ocorrido o desembolso financeiro, conforme previsto na Interpretação Técnica da ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Custeio Governança - são todas as despesas necessárias para o funcionamento da estrutura do Sistema de Governança da Fundação Renova e são contabilizadas como despesas administrativas e não contemplam as despesas relacionadas aos programas. A composição das despesas administrativas encontra-se detalhada abaixo.

	Nota	2023	2022
Pessoal próprio		71.075	58.220
Serviços contratados		56.537	69.928
Custeio sistema de governança		54.163	87.387
Consultoria jurídica		14.991	10.635
Consultoria e estudos		14.066	15.735
Depreciação/amortização bens administrativos	9	2.783	4.038
Viagens		2.584	2.375
Seguro		2.375	1.569
Provisão (reversão) para causas judiciais		(1.523)	(1.049)
Provisão para perda valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce	8	808	1.603
ITR – Imposto territorial rural e ISS - Imposto sobre Serviços retidos	12	396	275
Outras despesas		5.297	2.396
	17.b	223.552	253.112
Serviço voluntário empregados cedidos	17.d	1.005	1.849
Serviço voluntário conselheiros	17.c	325	776
		1.330	2.625
		224.882	255.737

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

O detalhamento do resultado financeiro está representado como segue:

Receita financeira	2023	2022
Rendimentos com aplicações financeiras	134.641	207.884
Outras receitas	87	34
	134.728	207.918
Despesas financeiras	2023	2022
(a) Atualização financeira das obrigações socioambientais e socioeconômicas	98.709	199.772
COFINS sobre receitas financeiras	5.900	8.499
IOF - Imposto sobre operações financeiras	5.127	2.619
Juros (reversão) sobre ações judiciais	(4.967)	4.802
Tarifas bancárias	642	364
Arrendamento Financeiro	338	787
	105.749	216.843

- (a) A Fundação Renova recebeu das empresas mantenedoras os aportes para fazer frente às obrigações socioambientais e socioeconômicas. Entretanto, tais recursos não foram realizados dentro do mesmo período do recebimento (nota 14) e, portanto, foram aplicados em CDB's de liquidez imediata e fundos de investimentos, os rendimentos auferidos nas respectivas aplicações financeiras, foram transferidos para o passivo, como atualização das obrigações socioambientais e socioeconômicas, conforme deliberação do Ministério Público de Fundações do estado de Minas Gerais.

21. Aportes mantenedoras

As mantenedoras realizaram ao longo de 2023 os aportes e contribuições apresentados abaixo e estes aportes são responsáveis por manter a continuidade da Fundação Renova. Cabe ressaltar que estes valores não constituem passivos da Fundação Renova para com as mantenedoras, conforme regulamentado no "TTAC" e estão detalhados na nota 16 – Patrimônio Líquido.

	2023	2022
Vale S.A.	2.131.875	1.777.050
BHP Billiton Brasil Ltda.	2.131.875	1.777.050
Samarco Mineração S.A.	2.336.250	4.543.830
	6.600.000	8.097.930

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Compromissos (*commitments*)

A Fundação possui contratos de longo prazo, conforme mostra a tabela a seguir e dentre os principais serviços prestados, podemos citar os serviços de obras civis, monitoramento hídrico e biodiversidade, PIM, gerenciamento e fiscalizações, recuperação e restauração florestal, infraestrutura e reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Barra Longa, análises periciais, parcerias, suporte operacional aos territórios, abastecimento de água potável, implantação do sistema de abastecimento de água em Alpercata/MG, melhorias de ETA's, serviços de cadastro integrado, diálogo, atendimento ao público, as demandas das câmaras técnicas e CIF, repasses aos município - agenda integrada, consultorias sociais, recuperação de áreas de preservação permanente e manutenção de vias.

	2023	2022
Até 1 ano	2.179.720	1.698.292
De 1 a 2 anos	701.377	1.349.727
De 2 a 3 anos	426.957	502.699
De 3 a 5 anos	188.604	233.350
	3.496.658	3.784.068

23. Cobertura de seguros (não auditada)

Dado o escopo das atividades da Fundação Renova e a diversidade de suas operações, tendo como base a linha de diretrizes de seus comitês de gestão, a Fundação Renova contratou seguros de responsabilidade civil geral (bens de terceiros), "D&O" (responsabilidade civil para diretores e executivos), apólice de risco cibernético (Cyber Risk), apólice patrimonial (compreensivo empresarial) e seguro aeronáutico (drones).

A apólice de Responsabilidade Civil Geral passou a ter vigência anual (maio de 2023 a maio de 2024) com limite máximo indenizável de R\$ 100.000.

A apólice de "D&O" tem vigência de 12 meses (março de 2023 a março de 2024) com um limite máximo indenizável de R\$ 263.000, estabelecido após a contratação de uma consultoria que mapeou os cenários de interfaces da Fundação Renova.

Também estão em vigor as apólices de seguro de acidentes pessoais, seguro de vida para todos os colaboradores da Fundação Renova e seguro patrimonial para os escritórios da Fundação Renova.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho Curador

Membros efetivos

Felipe Moreira dos Santos Starling
Guilherme Almeida Tangari
Gustavo de Abreu e Souza Selayzim
Nelly Pazó Leon
Murilo Muller
Pedro Aguiar de Freitas

Conselho Fiscal

Membros efetivos

José Carlos Pocidonio de Moraes Júnior
Lucas Brandão Filho
Paulo Germano da Silva Azevedo
Tiago Fantini Magalhaes

Diretoria

Luiz Antônio Roris Rodrigues Scavarda do Carmo
Diretor-presidente Interino

Juliana Borges Ferreira Souto
Diretora de Planejamento e Gestão

Wallace Magalhães Ferreira
Diretor de Engenharia e Obras

Flavio Chantre
Diretor de Relacionamento Institucional

Luiz Antônio Roris Rodrigues Scavarda do Carmo
Diretor de Programas

Responsável Técnico

Wandeir Campos da Silva
Contador - CRC-MG 122183/O-9